

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	17
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	109
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	111
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	112
Motivos de Reapresentação	113

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.215
Preferenciais	0
Total	82.215
Em Tesouraria	
Ordinárias	290
Preferenciais	0
Total	290

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.009.031	909.045
1.01	Ativo Circulante	117.215	231.508
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	70	1.530
1.01.02	Aplicações Financeiras	109.181	147.095
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	109.181	147.095
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96.505	109.424
1.01.02.01.05	Debêntures de Instituições Financeiras	12.676	37.671
1.01.07	Despesas Antecipadas	4	1.399
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.960	81.484
1.01.08.03	Outros	7.960	81.484
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	1.074	23.740
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/ terceiros	19	19
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	4.288	55.153
1.01.08.03.04	Juros s/ Capital Próprio	1.275	1.275
1.01.08.03.05	Outros	1.304	1.297
1.02	Ativo Não Circulante	891.816	677.537
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.017	7.587
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.017	7.587
1.02.01.09.03	Outros	9.017	7.587
1.02.02	Investimentos	877.911	663.058
1.02.02.01	Participações Societárias	877.911	663.058
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	877.911	663.058
1.02.03	Imobilizado	4.297	6.068
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.297	6.068
1.02.04	Intangível	591	824
1.02.04.01	Intangíveis	591	824
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	591	824

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.009.031	909.045
2.01	Passivo Circulante	18.936	35.920
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	132	181
2.01.01.01	Obrigações Sociais	24	47
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	108	134
2.01.02	Fornecedores	101	593
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	101	593
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	101	325
2.01.02.01.02	Outros	0	268
2.01.03	Obrigações Fiscais	39	262
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	39	246
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11	67
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	28	179
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	16
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	0	16
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.908	4.901
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.908	4.901
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.908	4.901
2.01.05	Outras Obrigações	4.756	29.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.949	11.521
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	2.949	11.521
2.01.05.02	Outros	1.807	18.462
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7	16.662
2.01.05.02.04	Adiantamento de Convênio	1.800	1.800
2.02	Passivo Não Circulante	273.371	254.190
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	265.421	244.890
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	265.421	244.890
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	265.421	244.890
2.02.02	Outras Obrigações	7.950	9.300
2.02.02.02	Outros	7.950	9.300
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	7.950	9.300
2.03	Patrimônio Líquido	716.724	618.935
2.03.01	Capital Social Realizado	366.500	361.573
2.03.01.01	Capital Social Realizado	369.319	364.392
2.03.01.02	Gastos com emissão de ações	-2.819	-2.819
2.03.02	Reservas de Capital	112.835	109.760
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.075	13.194
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	109.760	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	142.601	147.602
2.03.04.01	Reserva Legal	13.779	13.779
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	140.170	140.170
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.431	-6.347
2.03.04.10	Opção Recompra Ações	-4.917	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	94.788	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	43.842	105.698	33.880	73.023
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.028	-8.580	-2.957	-8.078
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	450	1.796	756	2.064
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2.171	-2.181
3.04.05.02	Resultado de atividades não continuadas	0	0	-2.171	-2.181
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	45.420	112.482	38.252	81.218
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.842	105.698	33.880	73.023
3.06	Resultado Financeiro	-4.035	-10.910	-2.766	-5.258
3.06.01	Receitas Financeiras	2.358	10.002	220	1.554
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.393	-20.912	-2.986	-6.812
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.807	94.788	31.114	67.765
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	39.807	94.788	31.114	67.765
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	39.807	94.788	31.114	67.765
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00115	0,00048	0,00082	0,00038
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00114	0,00048	0,00079	0,00036

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	39.807	94.788	31.114	67.765
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-173
4.03	Resultado Abrangente do Período	39.807	94.788	31.114	67.592

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.720	21.399
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.067	-8.253
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	94.788	67.765
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.004	1.747
6.01.01.04	Perdão de dívida	0	3.298
6.01.01.08	Jrs s/Empréstimos a Soc. Controladas	-49	124
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-112.482	-81.218
6.01.01.11	Jrs s/Empréstimos e Financiamentos	19.974	2.428
6.01.01.13	Amortização dos custos de captação	549	0
6.01.01.14	Apropriação de convênios	-1.350	-1.350
6.01.01.15	Rendimento sobre aplicações financeiras	-8.501	-1.047
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.787	29.652
6.01.02.02	(Redução) em Outros Ativos	-7	1.683
6.01.02.03	(Redução) em Fornecedores	-223	-237
6.01.02.04	(Redução) em Obrig. Tributárias	-223	-130
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	-49	-168
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-268	263
6.01.02.10	Aumento Ativo não circulante	417	-590
6.01.02.13	Dividendos Recebidos	27.000	28.459
6.01.02.14	Juros Pagos de Empréstimos	-15.408	0
6.01.02.15	(Aumento) redução de despesas antecipadas	1.395	702
6.01.02.16	(Aumento) redução de impostos e contribuições	-940	0
6.01.02.17	Aumento em depósitos judiciais	-907	-331
6.01.02.18	(Aumento) redução em adiantamentos a funcionários / terceiros	0	1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.874	-39.180
6.02.01	Aplicações Financeiras	46.415	36.057
6.02.02	Aquisição de controladas	0	-14.585
6.02.03	Imobilizado	0	-308
6.02.04	Intangível - Outros	0	-6
6.02.05	Mútuo com controladas	14.143	705
6.02.06	Investimento em Empresa Controladas	-75.528	3.253
6.02.08	Adto p/Futuro Aumento de Capital	96	-64.296
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.694	5.769
6.03.01	Aumento de capital	4.927	3.949
6.03.02	Dividendos Distribuídos	-16.655	-38.314
6.03.04	Ações em Tesouraria	-84	-4.142
6.03.05	Gastos em emissão de ações	0	-2.503
6.03.07	Aumento de empréstimos e financiamentos	19.506	46.848
6.03.08	Variação cambial s/ financiamentos	0	-69
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.460	-12.012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.530	12.331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	70	319

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.927	3.075	-5.001	0	0	3.001
5.04.01	Aumentos de Capital	4.927	0	0	0	0	4.927
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.075	0	0	0	3.075
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-632	0	0	-84
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	0	-4.369	0	0	-4.917
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.788	0	94.788
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.788	0	94.788
5.07	Saldos Finais	366.500	112.835	142.601	94.788	0	716.724

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.445	2.343	-23.299	0	0	-19.511
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.504	0	0	0	0	-2.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.343	0	0	0	2.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-4.142	0	0	-4.142
5.04.08	Dividendos Adicional Propostos	0	0	-19.157	0	0	-19.157
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.765	405	68.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.765	0	67.765
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	405	405
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	405	405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-475	0	0	0	-475
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-475	0	0	0	-475
5.07	SalDOS Finais	361.582	108.719	96.016	67.765	0	634.082

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.402	-5.061
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.402	-5.789
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-10
7.02.04	Outros	0	738
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.402	-5.061
7.04	Retenções	-2.553	-1.747
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.553	-1.747
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.955	-6.808
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	124.280	84.836
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	112.482	81.218
7.06.02	Receitas Financeiras	10.002	1.554
7.06.03	Outros	1.796	2.064
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	117.325	78.028
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	117.325	78.028
7.08.01	Pessoal	1.196	2.516
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.196	2.512
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	429	935
7.08.02.01	Federais	411	820
7.08.02.03	Municipais	18	115
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.912	6.812
7.08.03.01	Juros	20.912	6.812
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.788	67.765
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	94.788	67.765

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.239.203	1.068.718
1.01	Ativo Circulante	542.744	492.239
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.756	21.857
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	11.756	21.857
1.01.02	Aplicações Financeiras	172.014	147.565
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	172.014	147.565
1.01.02.01.04	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	136.708	108.526
1.01.02.01.05	Operações Compromissadas	32.839	39.039
1.01.02.01.06	Fundo de Investimento	2.467	0
1.01.03	Contas a Receber	264.467	244.070
1.01.07	Despesas Antecipadas	23.190	10.318
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	71.317	68.429
1.01.08.03	Outros	71.317	68.429
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	259	259
1.01.08.03.02	Adiantamento a Funcionários/ Terceiros	23.243	17.472
1.01.08.03.03	Impostos e contribuições	15.457	12.828
1.01.08.03.04	Outros	17.355	21.187
1.01.08.03.05	Contas a compensar - FIES	15.003	16.683
1.02	Ativo Não Circulante	696.459	576.479
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	111.852	84.592
1.02.01.06	Tributos Diferidos	13.474	13.365
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.474	13.365
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	714	664
1.02.01.07.01	Despesas Antecipadas	714	664
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	97.664	70.563
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	80.402	63.564
1.02.01.09.04	Outros	8.270	5.469
1.02.01.09.05	Impostos e contribuições	8.992	1.530
1.02.02	Investimentos	229	229
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	229	229
1.02.02.02.01	Obras de Arte	229	229
1.02.03	Imobilizado	279.805	263.801
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	244.284	229.498
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	13.329	9.713
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	22.192	24.590
1.02.04	Intangível	304.573	227.857
1.02.04.01	Intangíveis	304.573	227.857
1.02.04.01.02	Ágio	201.788	141.590
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	102.785	86.267

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.239.203	1.068.718
2.01	Passivo Circulante	178.225	134.668
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	91.206	57.490
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.994	17.633
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	74.212	39.857
2.01.02	Fornecedores	32.873	20.888
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.873	20.888
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	30.394	18.199
2.01.02.01.02	Outros	2.479	2.689
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.102	15.846
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.302	11.122
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.031	9.780
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	1.116	1.059
2.01.03.01.03	IOF	192	64
2.01.03.01.06	Parcelamento de tributos	963	219
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.800	4.724
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	7.800	4.724
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.826	6.549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.826	6.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.826	6.549
2.01.05	Outras Obrigações	20.218	33.895
2.01.05.02	Outros	20.218	33.895
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7	16.662
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	5.362	8.972
2.01.05.02.05	Compromissos a pagar	11.962	5.374
2.01.05.02.06	Adiantamento de Convênio	2.887	2.887
2.02	Passivo Não Circulante	344.254	315.115
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	269.882	247.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	269.882	247.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	269.882	247.847
2.02.02	Outras Obrigações	33.834	19.344
2.02.02.02	Outros	33.834	19.344
2.02.02.02.03	Adiantamento de Convênio	12.749	14.913
2.02.02.02.04	Parcelamento de Imp. de Renda e Contrib. Social	205	195
2.02.02.02.05	Parcelamento de FGTS	12	13
2.02.02.02.06	Parcelamento de INSS	7.962	3.914
2.02.02.02.07	Parcelamento de Pis e Cofins	345	309
2.02.02.02.08	Parcelamento de ISS	184	0
2.02.02.02.09	Compromissos a Pagar	12.377	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.171	1.812
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.171	1.812
2.02.04	Provisões	37.367	46.112
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.470	32.419
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	23.470	32.419
2.02.04.02	Outras Provisões	13.897	13.693
2.02.04.02.04	Provisão com Obrigações Desmibilização de Ativos	13.897	13.693

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	716.724	618.935
2.03.01	Capital Social Realizado	366.500	361.573
2.03.01.01	Capital Social Realizado	369.319	364.392
2.03.01.02	Gastos na emissão de ações	-2.819	-2.819
2.03.02	Reservas de Capital	112.835	109.760
2.03.02.04	Opções Outorgadas	3.075	13.194
2.03.02.07	Lucros não Distribuíveis	109.760	96.566
2.03.04	Reservas de Lucros	142.601	147.602
2.03.04.01	Reserva Legal	13.779	13.779
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	140.170	140.170
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-6.431	-6.347
2.03.04.10	Opção Recompra Ações	-4.917	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	94.788	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	349.646	1.021.619	288.296	854.005
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-211.666	-637.744	-187.906	-571.264
3.03	Resultado Bruto	137.980	383.875	100.390	282.741
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-85.380	-264.246	-70.516	-211.881
3.04.01	Despesas com Vendas	-33.937	-119.719	-21.986	-82.753
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.392	-154.057	-49.672	-134.290
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.039	9.646	3.348	7.403
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-90	-116	-2.206	-2.241
3.04.05.01	Resultado de atividades não continuadas	-90	-116	-2.206	-2.241
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.600	119.629	29.874	70.860
3.06	Resultado Financeiro	-10.623	-21.741	-2.306	-2.753
3.06.01	Receitas Financeiras	4.713	18.786	5.592	18.222
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.336	-40.527	-7.898	-20.975
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	41.977	97.888	27.568	68.107
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.170	-3.100	3.546	-342
3.08.01	Corrente	-1.757	-1.850	-1.245	1.116
3.08.02	Diferido	-413	-1.250	4.791	-1.458
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	39.807	94.788	31.114	67.765
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	39.807	94.788	31.114	67.765
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	39.807	94.788	31.114	67.765
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00115	0,00048	0,00082	0,00038
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00114	0,00048	0,00082	0,00038

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	39.807	94.788	31.114	67.765
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-173
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	39.807	94.788	31.114	67.592
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	39.807	94.788	31.114	67.592

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	101.105	2.911
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	206.364	130.142
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício/Período	94.788	67.765
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	41.422	29.653
6.01.01.03	Valor Residual Baixado do Imobilizado	256	183
6.01.01.04	Perdão de Dívida	0	3.298
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	60.154	30.926
6.01.01.06	Opções Outorgadas	3.075	2.341
6.01.01.07	Provisão para Contingências	-2.062	1.165
6.01.01.08	Jrs s/Empréstimos a Soc. Controladas	0	-147
6.01.01.10	Jrs s/Empréstimos e financiamentos	20.097	2.428
6.01.01.11	Atualização para provisão para desmobilização	751	823
6.01.01.12	Rendimentos sobre aplicações	-10.502	-6.128
6.01.01.13	Apropriação de convênios	-2.164	-2.165
6.01.01.14	Amortização de custos de captação	549	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-104.712	-127.231
6.01.02.01	(Aumento) em Contas a Receber	-76.886	-87.411
6.01.02.02	(Aumento) em Outros Ativos	2.047	7.572
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Fornecedores	11.988	-8.147
6.01.02.04	Redução em Obrig. Tributárias	-1.837	-11.263
6.01.02.05	Aumento em Salários e Encargos Sociais	26.770	30.451
6.01.02.06	(Redução) Mensalidades Rec.Antecipadamente	-3.760	-17.235
6.01.02.08	Aumento em Outros Passivos	869	-111
6.01.02.10	Aumento Ativo não circulante	-3.010	-565
6.01.02.13	Aumento em depósitos judiciais	-16.374	-17.970
6.01.02.15	Juros Pagos de Empréstimos	-15.144	0
6.01.02.16	(Aumento) Redução adiantamentos a funcionários/terceiros	-5.528	-12.463
6.01.02.17	(Aumento) Redução de despesas antecipadas	-12.862	-2.925
6.01.02.18	(Aumento) Redução de impostos e contribuições	-4.141	99
6.01.02.19	Pagamentos de causas cíveis	-7.115	-6.915
6.01.02.20	Aumento (redução) em parcelamentos de tributos	271	-348
6.01.03	Outros	-547	0
6.01.03.01	Prov com obrigações desmobilização de Ativos	-547	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-118.900	9.072
6.02.01	Aplicações Financeiras	-8.556	118.147
6.02.03	Imobilizado	-37.931	-53.230
6.02.04	Intangível - Outros	-31.259	-29.438
6.02.07	Investimento em Empresa Controladas	0	7.500
6.02.08	Aquisição em controladas	-41.154	-40.700
6.02.09	Mútuo com controlada	0	6.793
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.694	-3.031
6.03.01	Aumento de Capital	4.927	3.949
6.03.02	Dividendos Distribuídos	-16.655	-38.314
6.03.03	Aumento de empréstimos e financiamento	19.506	38.048
6.03.04	Ações em Tesouraria	-84	-4.142

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.03.05	Gastos em emissão de ações	0	-2.503
6.03.06	Ajuste de ágio na subscrição de ações	0	-474
6.03.07	Variação cambial s/ financiamento	0	405
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.101	8.952
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	21.857	44.727
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.756	53.679

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	361.573	109.760	147.602	0	0	618.935	0	618.935
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.927	3.075	-5.001	0	0	3.001	0	3.001
5.04.01	Aumentos de Capital	4.927	0	0	0	0	4.927	0	4.927
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.075	0	0	0	3.075	0	3.075
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-632	0	0	-84	0	-84
5.04.08	Opção Recompra Ações	0	0	-4.369	0	0	-4.917	0	-4.917
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	94.788	0	94.788	0	94.788
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	94.788	0	94.788	0	94.788
5.07	Saldos Finais	366.500	112.835	142.601	94.788	0	716.724	0	716.724

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.137	106.851	119.315	0	-405	585.898	0	585.898
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.445	2.343	-23.299	0	0	-19.511	0	-19.511
5.04.01	Aumentos de Capital	3.949	0	0	0	0	3.949	0	3.949
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-2.504	0	0	0	0	-2.504	0	-2.504
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.343	0	0	0	2.343	0	2.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-4.142	0	0	-4.142	0	-4.142
5.04.08	Dividendos Adicional Propostos	0	0	-19.157	0	0	-19.157	0	-19.157
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.765	405	68.170	0	68.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.765	0	67.765	0	67.765
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	405	405	0	405
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	405	405	0	405
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-475	0	0	0	-475	0	-475
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-475	0	0	0	-475	0	-475
5.07	Saldos Finais	361.582	108.719	96.016	67.765	0	634.082	0	634.082

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.006.749	859.916
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.060.869	882.984
7.01.02	Outras Receitas	6.034	7.858
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-60.154	-30.926
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-189.305	-172.267
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-191.258	-168.859
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-96	58
7.02.04	Outros	2.049	-3.466
7.03	Valor Adicionado Bruto	817.444	687.649
7.04	Retenções	-41.971	-29.653
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.971	-29.653
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	775.473	657.996
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.425	25.625
7.06.02	Receitas Financeiras	18.786	18.222
7.06.03	Outros	9.639	7.403
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	803.898	683.621
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	803.898	683.621
7.08.01	Pessoal	434.354	392.473
7.08.01.01	Remuneração Direta	392.943	355.550
7.08.01.02	Benefícios	12.968	10.718
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.443	26.205
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	147.493	123.267
7.08.02.01	Federais	96.998	82.123
7.08.02.02	Estaduais	2	1
7.08.02.03	Municipais	50.493	41.143
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	127.260	100.116
7.08.03.01	Juros	40.527	20.972
7.08.03.02	Aluguéis	86.733	79.144
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	94.791	67.765
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	94.791	67.765



RESULTADOS DO 3T12

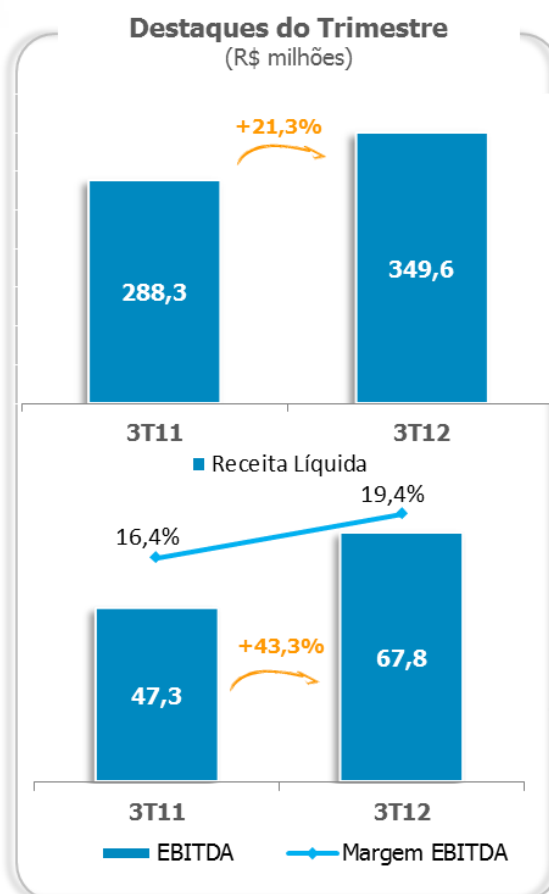
Crescendo com Sustentabilidade

Crescimento de 43% no EBITDA e ganho de margem de 3,0 p.p.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2012 – A **Estácio Participações S.A.** – “Estácio” ou “Companhia” (BM&FBovespa: ESTC3; Bloomberg: ESTC3.BZ; Reuters: ESTC3.SA; OTC: ECPCY) – comunica seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2012 (3T12) em comparação ao mesmo período do ano anterior (3T11). As seguintes informações contábeis são apresentadas seguindo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) em bases consolidadas.

Destaques do Resultado

- ◆ A Estácio encerrou o 3T12 com uma base total de **284,4 mil alunos**, 14,8% acima do 3T11, sendo 231,1 mil alunos matriculados em cursos presenciais (11,5% sobre o mesmo período de 2011) e 53,3 mil em cursos a distância (31,3% superior ao 3T11).
- ◆ A **receita operacional líquida** totalizou R\$349,6 milhões no 3T12, um aumento de 21,3% em relação ao 3T11, em função do aumento significativo do ticket médio e do crescimento da base de alunos.
- ◆ O **EBITDA** consolidado atingiu R\$67,8 milhões no 3T12, um crescimento de 43,3% em relação ao mesmo trimestre de 2011, com ganho de 3,0 pontos percentuais de margem em relação ao 3T11. No conceito *same shops*, excluindo as aquisições do período, o ganho de margem EBITDA foi de 3,2 pontos percentuais.
- ◆ O **lucro líquido** somou R\$39,8 milhões no 3T12, um aumento de 28,0% em relação ao 3T11. Nosso **lucro líquido por ação** ficou em R\$0,48, um crescimento de 28% em relação ao 3T11.
- ◆ Nosso **fluxo de caixa operacional** no período foi positivo em R\$67,6 milhões, contra um resultado de R\$5,7 milhões no mesmo período de 2011.
- ◆ Ao final do 3T12, a Estácio contava com uma posição de **caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras** de R\$183,8 milhões.



ESTC3

(Em 07/11/2012)

Cotação: R\$39,00/ação

Quantidade de Ações: 82.505.351

Valor de Mercado: R\$3,2 bilhões

Free Float: 80%

Contatos de RI:

Flávia de Oliveira

Gerente de RI

+55 (21) 3311-9789

ri@estacioparticipacoes.com



**ESTC3
NOVO
MERCADO**
BM&FBovespa



Divulgação de Resultados 3T12

Principais Indicadores do Trimestre

Indicadores Financeiros	Consolidado			Excluindo Aquisições		
	3T11	3T12	Variação	3T11	3T12	Variação
Receita Líquida (R\$ milhões)	288,3	349,6	21,3%	288,3	341,4	18,4%
Lucro Bruto (R\$ milhões)	100,4	138,0	37,5%	100,4	136,1	35,6%
<i>Margem Bruta</i>	<i>34,8%</i>	<i>39,5%</i>	<i>4,7 p.p.</i>	<i>34,8%</i>	<i>39,9%</i>	<i>5,1 p.p.</i>
EBIT (R\$ milhões)	32,1	52,7	64,2%	32,1	52,0	62,0%
<i>Margem EBIT</i>	<i>11,1%</i>	<i>15,1%</i>	<i>4,0 p.p.</i>	<i>11,1%</i>	<i>15,2%</i>	<i>4,1 p.p.</i>
EBITDA (R\$ milhões)	47,3	67,8	43,3%	47,3	66,8	41,2%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>16,4%</i>	<i>19,4%</i>	<i>3,0 p.p.</i>	<i>16,4%</i>	<i>19,6%</i>	<i>3,2 p.p.</i>
Lucro Líquido (R\$ milhões)	31,1	39,8	28,0%	31,1	39,4	26,7%
<i>Margem Líquida</i>	<i>10,8%</i>	<i>11,4%</i>	<i>0,6 p.p.</i>	<i>10,8%</i>	<i>11,5%</i>	<i>0,7 p.p.</i>

Obs.: EBITDA ajustado com a adição do Resultado Financeiro Operacional (Receita de Multa e Juros sobre Mensalidades).

O número ex-aquisições exclui os resultados das aquisições realizadas em 2012; as aquisições de 2011 já estão consolidadas no resultado.

Mensagem da Administração

O ano de 2012 tem sido marcante para a Estácio, desde a realização do nosso “Estácio Day”, passando pelas divulgações de resultados muito fortes no 1º e 2º trimestres, e agora chegando à divulgação do 3º trimestre. Trata-se de um momento especial para a nossa Instituição, quando várias das iniciativas que foram desenvolvidas e implementadas ao longo dos últimos quatro anos começaram a dar o retorno que nós esperávamos, e com isso o aguardado “momento da virada” aconteceu.

Mais uma vez chegamos a uma captação recorde de alunos, pela 5ª vez consecutiva. Desta vez, foram 74,8 mil alunos novos de graduação presencial e a distância matriculados no 3T12, um aumento de 21,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, são mais de 284 mil alunos de ensino superior, matriculados nos nossos cursos de graduação e pós-graduação, uma base 14,8% maior que a do ano anterior. O crescimento da base de alunos combinado ao repasse de inflação aos nossos preços proporcionou o aumento na receita operacional líquida do 3T12, que totalizou R\$349,6 milhões, 21,3% acima da registrada no 3T11.

Com isso, nosso EBITDA chegou a R\$67,8 milhões no período, com um crescimento de 43,3% sobre o 3T11. Nosso EBITDA acumulado chegou a R\$168,3 milhões, portanto já superior em 20% ao resultado total obtido em 2011. Nossa margem EBITDA no trimestre foi de 19,4%, um crescimento de 3,0 pontos percentuais sobre o mesmo período do ano anterior. No conceito *same shops*, excluindo as aquisições, esse crescimento de margem teria sido de 3,2 pontos percentuais, refletindo uma pequena perda natural após aquisições de novas Instituições, que ainda não passaram pelo processo de integração com as nossas operações.

Falando em aquisições, nesse trimestre anunciamos mais duas, a FARGS e a Uniuol, que junto com as aquisições da SEAMA, iDez e São Luís, realizadas neste ano também, vieram reforçar o nosso posicionamento de ampliar nossa presença e marca nacionalmente. A outra alavanca de crescimento da Estácio, o nosso Ensino a Distância, continua crescendo a taxas expressivas, com aumento de receita e de ticket médio, enquanto aguarda o processo regular para a autorização do aumento do número de polos, que está em curso junto ao Ministério da Educação.

Nosso lucro líquido totalizou R\$39,8 milhões, um aumento de 28,0% sobre o mesmo período do ano anterior, principalmente em função do aumento de 43,3% no EBITDA, que compensou o aumento das despesas financeiras em razão do serviço das dívidas contratadas ao longo de 2011. Com isso, nosso lucro por ação saltou de R\$0,38 para R\$0,48, um aumento também da ordem de 28% sobre o ano anterior.

Nosso grande destaque para o período, entretanto, vai para a geração de caixa operacional, que nesse trimestre atingiu R\$67,6 milhões. Nossos prazos de recebíveis seguem melhorando na medida em que nosso modelo de gestão responde ao nosso chamado e nossos planos de ação se tornam realidade, e as demais variáveis do fluxo de caixa também seguem apresentando ganhos. Na prática, esse resultado só não foi ainda melhor por causa de problemas operacionais com a recompra dos certificados do FIES, que deveriam ter ocorrido no último dia do trimestre e poderiam ter



Divulgação de Resultados 3T12

acrescentado mais R\$10 milhões ao nosso caixa final. Vale ressaltar que esses valores foram recebidos normalmente já na primeira semana do mês de outubro, portanto já beneficiando o nosso caixa para o 4º trimestre.

Com esses resultados expressivos, é natural que nossos *shareholders* estejam satisfeitos com a Estácio. Porém, sabemos que a gestão das empresas modernas passa também pelo conceito da satisfação dos *stakeholders*, pois no longo prazo é justamente essa capacidade de trabalhar com todos eles que garantirá a geração de valor para o nosso acionista. Aliás, esse é o conceito de Sustentabilidade, que não por acaso foi utilizado no título dessa publicação. Na nossa visão, é exatamente esse conceito que torna o ano de 2012, e em particular o terceiro trimestre, um momento tão especial para a Estácio.

Afinal, foram justamente esses resultados financeiros já mencionados que nos permitiram ao longo do ano de 2012: (a) investir R\$75 milhões em CAPEX dentro da nossa própria Instituição, em prol de nossos alunos e professores; (b) investir em treinamento e benefícios, como plano de saúde e seguro de saúde para os nossos colaboradores, aproximadamente R\$12,6 milhões; (c) pagar mais de R\$8 milhões em serviços da dívida até setembro, honrando assim o compromisso assumido com os nossos parceiros financeiros; e (d) pagar R\$17 milhões em Dividendos para os nossos Acionistas, que incluem Fundos de Pensão e Pessoas Físicas que utilizam tais proventos para sua manutenção.

Em paralelo a isso, nesse mesmo trimestre fomos capazes de promover iniciativas sólidas visando a satisfação dos nossos *stakeholders*, como por exemplo: (a) a realização do IV Fórum Anual Docente, reunindo 550 professores do Brasil todo para três dias de evento no Rio de Janeiro; (b) o lançamento da nossa nova e pioneira rede social Didatic@, que rodará para os nossos alunos sobre os livros digitalizados utilizados no nosso modelo acadêmico, em um evento inesquecível realizado em uma sala de cinema no Rio de Janeiro, diante de 300 convidados; (c) o lançamento do "Programa de Excelência Estácio", que a partir desse semestre buscará incentivar, premiar, e depois identificar, padronizar, e espalhar as Melhores Práticas desenvolvidas pelas nossas Unidades; e (d) a segunda edição do Prêmio Estácio de Jornalismo, que reuniu formadores de opinião no campus Chácara Flora para uma festa de premiação das mais importantes reportagens jornalísticas sobre o Ensino Superior no país. Em 2012, 188 reportagens de 86 veículos de imprensa de 21 estados disputaram oito categorias de premiação.

Outro *stakeholder* nosso é o Governo, representado na pasta da Educação pelo MEC. Sobre isso, é importante mencionar que em Setembro, foi publicado no Diário Oficial da União que a Faculdade Estácio do Ceará (Estácio FIC) e a Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (FESSC), respectivamente, tiveram deferidos e aprovados por unanimidade, no Conselho Nacional de Educação (CNE), os seus pedidos de credenciamento como Centros Universitários, após terem passado por todos os níveis de aferição de qualidade de uma Instituição de ensino superior. Outro importante indicador aferido pelo MEC diz respeito às visitas *in loco* que recebemos regularmente para os nossos cursos. Em 2012, foram 85 visitas até o momento, todas com conceito três (o mínimo para validação) ou superior, sendo que mais de 50% dos cursos receberam notas superiores a três. Além disso, na lista das 20 instituições privadas com maiores índices de aprovação no último exame da OAB, duas eram instituições da Universidade Estácio.

Falando em Governo, seguimos firmes também com a nossa estratégia para o FIES, programa que já ao final do 3T12 tinha 39,5 mil alunos. Aqui na Estácio, procuramos utilizar o FIES prioritariamente para os alunos que precisam de apoio financeiro, visando melhorar a retenção e com isso ampliar o número de concluintes, que no final das contas é a razão de ser do programa criado pelo nosso Governo Federal. Embora ainda baseados em uma dose de empirismo, já é possível afirmar que a adoção do FIES melhora significativamente as taxas de retenção, provavelmente no *range* entre 5 e 8 pontos percentuais. Garantimos assim mais gente com boa formação para sustentar o crescimento do Brasil nos próximos anos, além de possibilitar o ingresso no Ensino Superior de alunos da rede pública que antes precisariam arrumar emprego para custear seus estudos entrando na faculdade tardiamente.

Por fim, mas não menos importante, pensando nos nossos acionistas e investidores de longo prazo, nós estamos concluindo um exercício longo e detalhado de Planejamento Estratégico, que trabalha com um horizonte para o ano de 2020. Nesse exercício, além de identificar as principais tendências e propor planos de ação concretos para o nosso "*core business*", procuramos também definir as melhores oportunidades dentro da área de Educação, porém fora do nosso portfólio atual, para que possamos agir em novas frentes de um modo consciente e estruturado. Com tal exercício, que nos próximos meses será compartilhado com o Mercado, esperamos não apenas garantir o crescimento no nosso atual negócio, mas também buscar formas de manter e ampliar as taxas de crescimento para um horizonte mais distante, de modo a evitar sobressaltos na nossa Instituição e a seguir buscando excelentes retornos para o capital investido.



Divulgação de Resultados 3T12

Base de Alunos

A Estácio encerrou o 3T12 com uma **base de alunos** de 284,4 mil (14,8% acima do registrado no 3T11), dos quais 231,1 mil matriculados nos cursos presenciais e 53,3 mil nos cursos de ensino a distância. No conceito *same shops*, a base de alunos cresceu 12,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (desconsiderando as aquisições realizadas em 2012). Ainda temos os 4,0 mil alunos da Fac. São Luís, que passaram a integrar nosso resultado somente em setembro e serão consolidados na demonstração da base no próximo trimestre.

Tabela 1 – Base de Alunos Total*

Em mil	3T11	3T12	Var.
Presencial	207,2	226,4	9,3%
Graduação	196,9	213,9	8,7%
Pós-graduação	10,3	12,5	21,4%
EAD	40,6	53,3	31,3%
Graduação	37,4	51,8	38,5%
Pós-graduação	3,2	1,5	-53,1%
Base de Alunos same shops	247,8	279,7	12,9%
Aquisições em 2012	-	4,7	N.A.
Base de Alunos Total - Final	247,8	284,4	14,8%
Número de Campi	69	74	7,2%
Alunos Presenciais por Campus	3.003	3.060	1,9%
Número de Pólos	52	52	0,0%
Alunos EAD por Pólo	781	1.025	31,3%

Obs.: As Aquisições realizadas em 2011 já estão incorporadas à base total de alunos de graduação presencial.

Ao final do 3T12, a **base de alunos de graduação presencial** da Estácio totalizava 218,6 mil alunos, 11,0% a mais do que o mesmo período do ano anterior. No conceito *same-shops*, sem as adquiridas em 2012, o crescimento orgânico foi de 8,7%.

Tabela 2 – Movimentação da Base de Alunos Presenciais (graduação)*

Em mil	3T11	3T12	Var.
Saldo Inicial de Alunos	191,6	201,1	5,0%
(-) Aquisições no ano	-	(3,1)	N.A.
(-) Formandos	(17,0)	(13,0)	-23,5%
Base Renovável	174,6	185,0	6,0%
(+) Captação	45,5	57,1	25,4%
(-) Não Renovação	(21,1)	(22,5)	6,4%
(-) Alunos não enturmados	(2,1)	(5,7)	171,4%
Base de Alunos same shops	196,9	213,9	8,7%
(+) Aquisições no ano	-	4,7	N.A.
Saldo Final de Alunos	196,9	218,6	11,0%

Obs.: A base de alunos consolidada já inclui as aquisições realizadas em 2011.

Nossa **base de alunos de graduação EAD** cresceu 38,5% sobre o mesmo período do ano anterior para um total de 51,8 mil alunos. Vale destacar que da mesma forma que em trimestres recentes, por causa de novos processos para renovação e controle da inadimplência, a **pós-graduação EAD** sofreu uma redução em relação ao 3T11, mas manteve-se nos mesmos patamares do 2T12. Nossa expectativa é de uma retomada do crescimento da pós-graduação EAD já a partir do final desse ano com a formação de turmas dentro dos novos parâmetros definidos. É importante ressaltar também a redução de 16,1% na não renovação (evasão) dos alunos EAD no trimestre, resultado principalmente da maturação da nossa base de alunos, bem como da crescente adoção de boas práticas pelas nossas equipes pelo Brasil todo.

(*) Informações não revisadas pelos auditores



Divulgação de Resultados 3T12

Tabela 3 – Movimentação da Base de Alunos EAD (graduação)*

Em mil	3T11	3T12	Var.
Saldo Inicial de Alunos	31,4	43,4	38,2%
(-) Formandos	-	(0,9)	N.A.
(+) Captação	16,0	17,7	10,7%
(-) Não Renovados/evasão	(10,0)	(8,4)	-16,1%
Saldo Final de Alunos	37,4	51,8	38,5%

Receita Operacional

A **receita operacional líquida** totalizou R\$349,6 milhões no 3T12, um aumento de 21,3% em relação ao 3T11, em função do crescimento de 14,8% na base de alunos e do aumento do ticket médio no período.

Tabela 4 – Composição da Receita Operacional

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Receita Operacional Bruta	415,1	502,3	21,0%	1.221,1	1.468,2	20,2%
Mensalidades	407,7	495,2	21,5%	1.201,7	1.449,9	20,7%
Outras	7,4	7,0	-5,4%	19,4	18,3	-5,7%
Deduções da Receita Bruta	(126,8)	(152,6)	20,3%	(367,1)	(446,6)	21,7%
Descontos e Bolsas	(114,0)	(138,3)	21,3%	(330,2)	(401,3)	21,5%
Impostos	(12,8)	(14,3)	11,7%	(36,8)	(45,3)	23,1%
% Descontos e Bolsas/ Receita Operacional Bruta	27,5%	27,5%	0,1 p.p.	27,0%	27,3%	0,3 p.p.
Receita Operacional Líquida	288,3	349,6	21,3%	854,0	1.021,6	19,6%

O **ticket médio presencial** e o **EAD** aumentaram 7,8% e 12,2%, respectivamente, e mais uma vez refletiram a nossa capacidade de repassar preços de modo sustentável, o que só é possível em função da crescente percepção de qualidade e nível de serviço pelos nossos alunos. O ticket do EAD apresentou um crescimento maior do que o presencial, mesmo sem a oferta do FIES para o segmento, combinado com uma redução na evasão, demonstrando que o crescimento do EAD permanece saudável e agregando valor ao negócio.

Tabela 5 – Cálculo do Ticket Médio Mensal – Presencial*

Em mil	3T11	3T12	Var.
Base de Alunos de Graduação Presencial	196,9	218,6	11,0%
(-) Evasão	(6,9)	(7,4)	6,0%
(=) Base de Alunos de Graduação Presencial Geradora de Receita	190,0	211,3	11,2%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação Presencial	10,3	12,5	21,4%
(=) Base de Alunos Presencial Geradora de Receita	200,3	223,8	11,7%
Receita Bruta Presencial (R\$ milhões)	380,0	456,7	20,2%
Deduções Presencial (R\$ milhões)	(115,2)	(137,9)	19,7%
Receita Líquida Presencial (R\$ milhões)	264,8	318,8	20,4%
Ticket Médio Presencial (R\$)	440,8	475,0	7,8%

Obs.: O cálculo do ticket médio não considera receita da Academia do Concurso.

Tabela 6 – Cálculo do Ticket Médio Mensal – EAD*

Em mil	3T11	3T12	Var.
Base de Alunos de Graduação EAD	37,4	51,8	38,5%
(-) Evasão	-	(2,3)	N.A.
(=) Base de Alunos de Graduação EAD Geradora de Receita	37,4	49,5	32,5%
(+) Base de Alunos de Pós-Graduação EAD	3,2	1,5	-53,1%
(=) Base de Alunos EAD Geradora de Receita	40,6	51,0	25,7%
Receita Bruta EAD (R\$ milhões)	31,9	43,7	37,0%
Deduções EAD (R\$ milhões)	(11,2)	(14,5)	29,5%
Receita Líquida EAD (R\$ milhões)	20,7	29,2	41,1%
Ticket Médio EAD (R\$)	170,0	190,7	12,2%

(*) Informações não revisadas pelos auditores



Divulgação de Resultados 3T12

Custos dos Serviços Prestados

No 3T12, o **custo caixa como percentual da receita líquida** apresentou um ganho de eficiência de 4,8 p.p. em relação ao terceiro trimestre de 2011, em função principalmente: (i) da redução significativa nos custos de pessoal (ganho de 2,4 p.p.), refletindo a eficiência crescente no controle do custo docente da mesma forma que apresentamos nos trimestres recentes; (ii) do ganho na linha de INSS (+1,0 p.p.), decorrente do fim do processo de escalonamento do INSS; e (iii) dos ganhos de 0,8 p.p. na conta de aluguéis e de 0,8 p.p. em serviços de terceiros, mostrando nossa capacidade de controlar os custos e nossa disciplina e rigor nos reajustes contratuais de imóveis com parceiros e com terceiros.

Tabela 7 – Composição dos Custos dos Serviços Prestados

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(180,4)	(202,1)	12,0%	(552,4)	(608,9)	10,2%
Pessoal	(135,6)	(152,9)	12,8%	(419,8)	(456,8)	8,8%
Pessoal e encargos	(111,3)	(126,4)	13,6%	(344,0)	(375,8)	9,2%
INSS	(24,4)	(26,5)	8,6%	(75,8)	(81,0)	6,9%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(26,7)	(29,8)	11,6%	(77,7)	(87,3)	12,4%
Material didático	(5,0)	(6,3)	26,0%	(17,7)	(24,3)	37,3%
Serviços de terceiros e outros	(13,1)	(13,1)	0,0%	(37,2)	(40,5)	8,9%

Tabela 8 – Análise Vertical dos Custos dos Serviços Prestados

% em relação à receita operacional líquida	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	-62,6%	-57,8%	4,8 p.p.	-64,7%	-59,6%	5,1 p.p.
Pessoal	-47,1%	-43,7%	3,4 p.p.	-49,1%	-44,7%	4,4 p.p.
Pessoal e encargos	-38,6%	-36,2%	2,4 p.p.	-40,2%	-36,8%	3,4 p.p.
INSS	-8,5%	-7,5%	1,0 p.p.	-8,9%	-7,9%	1,0 p.p.
Aluguéis, condomínio e IPTU	-9,3%	-8,5%	0,8 p.p.	-9,1%	-8,5%	0,6 p.p.
Material didático	-1,7%	-1,8%	-0,1 p.p.	-2,1%	-2,4%	-0,3 p.p.
Serviços de terceiros e outros	-4,5%	-3,7%	0,8 p.p.	-4,4%	-4,0%	0,4 p.p.

Tabela 9 – Reconciliação do Custo

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Custos Caixa dos Serviços Prestados	(180,4)	(202,1)	12,0%	(552,4)	(608,9)	10,2%
(+) Depreciação	(7,5)	(9,6)	28,0%	(18,8)	(28,8)	53,2%
Custos dos Serviços Prestados	(187,9)	(211,7)	12,7%	(571,2)	(637,7)	11,6%

Lucro Bruto

Tabela 10 – Demonstração do Lucro Bruto

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Receita operacional líquida	288,3	349,6	21,3%	854,0	1.021,6	19,6%
Custos dos serviços prestados	(187,9)	(211,7)	12,7%	(571,2)	(637,7)	11,6%
Lucro Bruto	100,4	138,0	37,5%	282,7	383,9	35,8%
(-) Depreciação	7,5	9,6	28,0%	18,8	28,8	53,2%
Lucro Bruto Caixa	107,9	147,6	36,8%	301,5	412,7	36,9%
Margem Bruta Caixa	37,4%	42,2%	4,8 p.p.	35,3%	40,4%	5,1 p.p.



Divulgação de Resultados 3T12

Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas

No terceiro trimestre de 2012, as **despesas gerais e administrativas** representaram 13,4% da receita líquida, com um ganho de margem de 1,4 p.p. em razão principalmente: (i) do ganho de 1,1 p.p. na linha de serviço de terceiros; e (ii) da melhoria de 2,1 p.p. na linha de provisões para contingências.

A melhoria apresentada no saldo da conta de **provisões para contingências** ocorreu em razão dos seguintes fatores: (i) reversões obtidas com revisão de cálculos em processos trabalhistas; e (ii) baixas de provisões em razão de pagamentos realizados no período.

Por outro lado, o aumento na conta de **pessoal** foi resultado de: (i) uma recuperação de encargos ocorrida no ano passado, com característica "one-time"; (ii) provisão para remuneração variável, que no ano passado ocorria na sua totalidade no 4º trimestre; e (iii) reajuste salarial via Acordo Coletivo (2ª parcela de 2011 e 1ª parcela de 2012).

As **despesas comerciais** representaram 9,7% da receita líquida no 3T12, causando uma redução na margem (-2,1 p.p.) em relação ao 3T11, devido principalmente ao aumento de 1,8 p.p. na relação da PDD com a receita líquida, ainda refletindo uma piora em relação ao ano passado, mas apresentando melhoria em relação ao primeiro semestre (quando a perda foi de 2,5 p.p.). É bom lembrar que o provisionamento para os recebíveis FIES, como foi explicado nos resultados do 1T12, causa um aumento nesta rubrica, pois antecipa a provisão destes alunos, ao passo que nosso critério geral de provisionamento espera 180 dias para constituir a provisão.

Tabela 11 – Composição das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	(64,7)	(80,8)	24,9%	(198,9)	(251,0)	26,2%
Despesas Comerciais	(22,0)	(33,9)	54,1%	(82,8)	(119,7)	44,6%
PDD	(8,2)	(16,1)	96,3%	(30,9)	(60,2)	94,8%
Publicidade	(13,8)	(17,8)	29,0%	(51,8)	(59,6)	15,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(42,7)	(46,9)	9,8%	(116,1)	(131,3)	13,1%
Pessoal	(17,8)	(25,8)	44,9%	(50,6)	(67,5)	33,4%
Pessoal e encargos	(15,1)	(23,0)	52,3%	(42,1)	(58,9)	39,9%
INSS	(2,6)	(2,8)	7,7%	(8,5)	(8,7)	2,4%
Outros	(24,9)	(21,1)	-15,3%	(65,5)	(63,7)	-2,7%
Serviços de terceiros	(11,7)	(10,6)	-9,4%	(32,0)	(33,2)	3,8%
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	(0,6)	(0,4)	-33,3%	(2,0)	(0,9)	-55,0%
Material de consumo	(0,4)	(0,4)	0,0%	(1,2)	(1,2)	0,0%
Provisão para contingências	(3,9)	2,6	N.A.	(1,2)	2,1	-275,0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3,3	3,0	-9,1%	7,4	9,6	29,7%
Outras	(11,7)	(15,4)	31,6%	(36,5)	(40,1)	9,9%
Depreciação	(3,6)	(4,4)	22,2%	(10,8)	(13,2)	22,2%

Tabela 12 – Análise Vertical das Despesas Comerciais Gerais e Administrativas



Divulgação de Resultados 3T12

% em relação à receita operacional líquida	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas Caixa	-22,4%	-23,1%	-0,7 p.p.	-23,3%	-24,6%	-1,3 p.p.
Despesas Comerciais	-7,6%	-9,7%	-2,1 p.p.	-9,7%	-11,7%	-2,0 p.p.
PDD	-2,8%	-4,6%	-1,8 p.p.	-3,6%	-5,9%	-2,3 p.p.
Publicidade	-4,8%	-5,1%	-0,3 p.p.	-6,1%	-5,8%	0,3 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	-14,8%	-13,4%	1,4 p.p.	-13,6%	-12,9%	0,7 p.p.
Pessoal	-6,1%	-7,4%	-1,3 p.p.	-5,9%	-6,6%	-0,7 p.p.
Pessoal e encargos	-5,2%	-6,6%	-1,4 p.p.	-4,9%	-5,8%	-0,9 p.p.
INSS	-0,9%	-0,8%	0,1 p.p.	-1,0%	-0,9%	0,1 p.p.
Outros	-8,6%	-6,0%	2,6 p.p.	-7,7%	-6,2%	1,5 p.p.
Serviços de terceiros	-4,1%	-3,0%	1,1 p.p.	-3,7%	-3,2%	0,5 p.p.
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil	-0,2%	-0,1%	0,1 p.p.	-0,2%	-0,1%	0,1 p.p.
Material de consumo	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.	-0,1%	-0,1%	0,0 p.p.
Provisão para contingências	-1,4%	0,7%	2,1 p.p.	-0,1%	0,2%	0,3 p.p.
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	1,1%	0,9%	-0,2 p.p.	0,9%	0,9%	0,0 p.p.
Outras	-4,1%	-4,4%	-0,3 p.p.	-4,3%	-3,9%	0,4 p.p.
Depreciação	-1,2%	-1,3%	-0,1 p.p.	-1,3%	-1,3%	0,0 p.p.

EBITDA

No 3T12, o **EBITDA** totalizou R\$67,8 milhões, 43,3% maior do que o apresentado no 3T11, com uma margem EBITDA de 19,4%, para um ganho de margem de 3,0 p.p. frente ao ano anterior, graças, principalmente, à melhor gestão dos custos e despesas e do crescimento de 21,3% da receita líquida, que compensaram o aumento já esperado nas despesas com PDD.

Tabela 13 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Receita Operacional Líquida	288,3	349,6	21,3%	854,0	1.021,6	19,6%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(180,4)	(202,1)	12,0%	(552,4)	(608,9)	10,2%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(64,7)	(80,8)	24,9%	(198,9)	(251,0)	26,2%
(+) Resultado financeiro operacional	4,1	1,1	-73,2%	11,0	6,5	-40,9%
EBITDA	47,3	67,8	43,3%	113,7	168,3	48,0%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>16,4%</i>	<i>19,4%</i>	<i>3,0 p.p.</i>	<i>13,3%</i>	<i>16,5%</i>	<i>3,2 p.p.</i>

No conceito *same shops*, excluindo as aquisições realizadas em 2012, o EBITDA do 3T12 somou R\$66,8 milhões, um aumento de 41,2%, com ganho de margem de 3,2 p.p. em relação ao 3T11. As aquisições realizadas em 2011 já estão consolidadas em nosso resultado.

Tabela 14 – Demonstração do Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) – Same shops

Em R\$ milhões	3T11	3T12 ex-aquisições	Variação
Receita Operacional Líquida	288,3	341,4	18,4%
(-) Custos Caixa dos Serviços Prestados	(180,4)	(195,8)	8,6%
(-) Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(64,7)	(79,7)	23,1%
(+) Resultado financeiro operacional	4,1	1,0	-76,5%
EBITDA	47,3	66,8	41,2%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>16,4%</i>	<i>19,6%</i>	<i>3,2 p.p.</i>



Divulgação de Resultados 3T12

Empresas Adquiridas

Apresentamos a seguir um quadro com os resultados das empresas adquiridas em 2012. Esse detalhamento será mantido até 12 meses após a data de cada aquisição para possibilitar o devido acompanhamento do desempenho da Companhia no conceito *same shops*. Após esse período os resultados das empresas adquiridas serão demonstrados dentro do Consolidado, como feito para as empresas que foram adquiridas em 2011 (Atual, FAL, FATERN e Academia do Concurso). Na tabela abaixo, podemos ver os resultados das adquiridas SEAMA e iDez. A Uniuol, a FARGS e a Fac. São Luís não tiveram trimestres completos contabilizados em nosso resultado, e serão mostradas em detalhes no próximo trimestre.

Tabela 15 – Principais Indicadores das Empresas Adquiridas para o 3T12

Em R\$ milhões	SEAMA	iDez
Receita Líquida	4,6	0,6
Lucro Bruto	1,0	0,0
Margem Bruta	21,7%	0,0%
EBITDA	0,7	-0,1
Margem EBITDA	15,2%	-16,7%
Lucro Líquido	0,6	-0,2
Margem Líquida	13,0%	-33,3%

Resultado Financeiro

Tabela 16 – Detalhamento do Resultado Financeiro

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
Receitas Financeiras	5,6	4,7	-16,1%	18,2	18,8	3,2%
Multas e juros recebidos por atraso	4,1	1,1	-73,1%	11,0	6,5	-40,8%
Rendimentos de aplicações financeiras	1,1	3,2	183,7%	6,1	10,5	71,3%
Outras	0,3	0,4	33,3%	1,1	1,7	53,8%
Despesas Financeiras	(7,9)	(15,3)	93,3%	(21,0)	(40,5)	93,0%
Despesas bancárias	(2,1)	(1,6)	-20,7%	(4,4)	(5,0)	15,5%
Juros e encargos financeiros	(3,1)	(8,3)	169,1%	(4,9)	(22,7)	367,1%
Perdão de dívida	-	-	N.A.	(3,3)	-	-100,0%
Descontos financeiros	(1,9)	(4,6)	144,3%	(5,8)	(9,7)	67,7%
Outras	(0,9)	(0,7)	-19,4%	(2,7)	(3,0)	12,4%
Resultado Financeiro	(2,3)	(10,6)	359,7%	(2,8)	(21,7)	687,2%

No 3T12, o **resultado financeiro** ficou negativo em R\$10,6 milhões, em função do aumento de R\$7,4 milhões nas despesas financeiras. Esse resultado decorre principalmente do aumento de R\$5,2 milhões na linha de juros e encargos financeiros, em função do serviço das dívidas contraídas em 2011, em particular as linhas de crédito com IFC e emissão de debêntures.

A redução em **multas e juros recebidos por atraso** ocorreu em função da redefinição da parametrização contábil dos honorários pagos às assessorias de cobrança, que anteriormente tinha uma contrapartida direta na conta de serviços de terceiros para o posterior pagamento à assessoria de cobrança. Dessa forma, veremos a partir de agora uma redução nestas duas linhas, na proporção da redução apresentada neste trimestre.



Divulgação de Resultados 3T12

Lucro Líquido

Tabela 17 – Conciliação do EBITDA para o Lucro Líquido

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação	9M11	9M12	Variação
EBITDA	47,3	67,8	43,3%	113,7	168,3	48,0%
Resultado financeiro operacional	(4,1)	(1,1)	-73,2%	(11,0)	(6,5)	-40,9%
Resultado Financeiro	(2,3)	(10,6)	360,9%	(2,8)	(21,7)	675,0%
Depreciação	(11,1)	(14,1)	27,0%	(29,6)	(42,0)	41,9%
Resultado das Atividades não continuadas	(2,2)	(0,1)	-95,5%	(2,2)	(0,1)	-95,5%
Contribuição social	0,9	(0,6)	-166,7%	(0,1)	(0,8)	700,0%
Imposto de renda	2,6	(1,6)	-161,5%	(0,2)	(2,3)	1050,0%
Lucro Líquido	31,1	39,8	28,0%	67,8	94,8	39,9%

No terceiro trimestre de 2012, o **lucro líquido** totalizou R\$39,8 milhões, um aumento de 28,0% sobre o mesmo período do ano anterior, em função principalmente do aumento de 21,3% na receita líquida e do ganho de eficiência nas linhas de custo, que levaram ao expressivo crescimento de 43,3% do EBITDA, que mais do que compensou a piora no resultado financeiro e no Imposto de Renda.

No 3T12, nosso **lucro por ação** ficou em R\$0,48, em comparação com R\$0,38 realizado no 3T11.

FIES

A **base de alunos FIES** cresceu consideravelmente nos últimos 12 meses e atingiu 39,5 mil alunos ao final do 3T12, um aumento de mais de 200% em relação ao 3T11, representando 18,1% da nossa base de alunos de graduação presencial.

Devemos lembrar também que em junho a elegibilidade da nossa base de alunos ao FIES aumentou consideravelmente atingindo 94,7%, uma vez que conseguimos a liberação para ofertar FIES para os cursos de Administração e Direito no Rio de Janeiro.

Tabela 18 – Base de Alunos FIES*

Em mil	3T11	4T11	1T12	2T12	3T12	Var.
Alunos de Graduação Presencial	196,9	189,9	219,4	201,1	218,6	11,0%
Alunos FIES	13,0	15,2	23,0	30,3	39,5	203,8%
% de Alunos FIES	6,6%	8,0%	10,5%	15,1%	18,1%	11,5 p.p.

Dos 39,5 mil da base alunos FIES da Estácio, cerca de 56% assumiram o financiamento **com FGEDUC**, 41% **com fiador** e 3% ainda no **FIES antigo**. A maior adesão dos alunos ao FGEDUC mostra a evolução do programa com a maior aderência ao perfil de renda mais baixo do aluno no Ensino Superior.

Tabela 19 – Constituição da Base de Alunos FIES*

Alunos FIES (em mil)	1S11	2S11	1S12	3T12	%
FGEDUC	5,5	6,5	16,7	22,0	56%
Com Fiador	0,6	5,8	12,4	16,3	41%
FIES Antigo	4,1	2,9	1,2	1,2	3%
TOTAL	10,2	15,2	30,3	39,5	100%

(*) Informações não revisadas pelos auditores



Divulgação de Resultados 3T12

Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

O número de **dias do contas a receber de alunos** (mensalidades e acordos) apresentou uma redução de 6 dias em relação ao 2T12 e 2 dias em relação ao 3T11, atingindo 60 dias (excluindo aquisições são 59 dias). O prazo médio de recebimento neste patamar mostra a evolução da gestão nas nossas unidades em relação ao tema inadimplência. Excluindo a Receita FIES do cálculo, nosso PMR ficou em 72 dias, uma redução de 4 dias em relação ao trimestre anterior.

Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento

Evolução do contas a receber (R\$ milhões)	3T11	4T11	1T12	2T12	3T12	3T12 ex-aquisições
Contas a Receber Bruto	283,2	320,8	358,5	350,9	351,6	332,5
FIES	31,0	36,5	55,4	36,5	45,0	44,2
Mensalidades de alunos	195,0	241,4	246,6	261,7	251,5	235,7
Cartões a receber	16,4	12,2	21,9	20,0	25,3	24,7
Acordos a receber	35,5	26,4	33,7	32,8	29,8	27,9
Taxas a receber	5,3	4,4	0,8	(0,0)	-	-
Créditos a identificar	(5,2)	(7,4)	(6,1)	(5,7)	(5,3)	(5,3)
Saldo PDD	(56,0)	(69,3)	(73,9)	(77,2)	(81,9)	(69,7)
Contas a Receber Líquido	221,9	244,1	278,5	268,0	264,4	257,5
(-) FIES	(31,0)	(36,5)	(55,4)	(36,5)	(45,0)	(44,2)
Contas a Receber Líquido Ex. FIES	190,9	207,6	223,0	231,5	219,4	213,3
Receita Líquida (Últimos 12 meses)	1.106,5	1.148,4	1.203,2	1.254,7	1.316,1	1.302,8
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES	62	65	67	66	60	59
Receita Líquida Ex- FIES (Últimos 12 meses)	1.023,8	1.047,0	1.085,4	1.096,9	1.098,1	
Dias do Contas a Receber Líquido Ex. FIES e Receita FIES	67	71	74	76	72	

Obs.: O cálculo ex-aquisições desconsidera apenas resultado das adquiridas de 2012.

Seguindo a nossa linha de transparência e *disclosure* na divulgação de resultados, novamente publicamos o cálculo do prazo médio de recebimento do FIES e o cálculo do prazo médio de recebimento bruto, que utiliza o Contas a Receber bruto (incluindo o FIES e sem descontar a PDD), visto que esse indicador é que tem efeito direto no consumo de capital de giro e na geração de caixa operacional da empresa.

Tabela 21 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento do FIES

Prazo médio de recebimento - FIES	3T11	4T11	1T12	2T12	3T12
Contas a Receber FIES	31,0	36,5	55,4	36,5	45,0
Contas a Compensar FIES	7,8	13,7	8,1	2,3	10,9
Receita Líquida FIES (Últimos 12 meses)	82,7	101,4	117,7	157,8	218,0
Dias do Contas a Receber FIES	169	178	194	88	92

Obs.: Os números da linha Contas a Compensar do 3T11, 4T11 e 1T12 apresentados nesta tabela foram ajustados para apresentar apenas as Contas a Compensar referentes ao FIES (anteriormente o cálculo estava incluindo outras Contas a Compensar), o que proporcionou uma redução no número de Dias do Contas a Receber FIES apresentados nos releases anteriores desde o 3T11.

O **contas a receber FIES** apresentou um aumento de R\$8,5 milhões em relação ao 2T12, em função principalmente do processo de aditamento que é realizado nos trimestres ímpares, mas apresentou também sensível melhora em relação ao 1T12 (R\$10 milhões), mesmo com o aumento da base de alunos FIES. Consideramos que o patamar do nosso contas a receber FIES, em torno de R\$45 milhões, ou cerca 1,5 a 2 vezes a receita líquida mensal do FIES, é adequado para a expansão sustentável da base FIES em nossa operação.



Divulgação de Resultados 3T12

Tabela 22 – Movimentação do Contas a Receber FIES

Contas a Receber FIES (R\$ milhões)	1T12	2T12	3T12
Saldo Inicial	36,5	55,4	36,5
(+) Receita Líquida FIES	42,4	60,7	78,7
(-) Repasse	21,1	75,6	70,1
(-) PDD FIES	2,3	4,1	1,0
(+) Adquiridas	-	-	0,8
Saldo Final	55,4	36,5	45,0

O **contas a compensar** apresentou um aumento de R\$8,6 milhões, em função do atraso no repasse que ocorreu pontualmente ao final do trimestre. O repasse foi feito no dia 02 de outubro e o número de dias a receber voltou aos patamares apresentados no 2T12. Caso não tivéssemos o atraso no repasse desta verba por parte do FNDE, o prazo médio de recebimento do FIES teria ficado em 76 dias. Por outro lado, é importante ressaltar a nossa maior participação nos leilões de recompra de certificados FIES e utilização para pagamento de impostos, além dos fatores mencionados no parágrafo anterior.

Tabela 23 – Movimentação do Contas a Compensar FIES

Contas a Compensar FIES (R\$ milhões)	1T12	2T12	3T12
Saldo Inicial	13,7	8,0	2,3
(+) Repasse	21,1	75,6	70,1
(-) Impostos	22,3	33,0	43,0
(-) Recompra em leilão	4,5	50,2	18,5
(+) Adquiridas	-	1,9	-
Saldo Final	8,0	2,3	10,9

O **provisionamento da inadimplência de alunos FIES** é realizado da seguinte forma:

- (i) 2,25% para alunos com fiador (assumindo de forma conservadora que a perda futura da carteira FIES será de 15%, índice aproximadamente três vezes superior à perda histórica da carteira de alunos ex-FIES; a provisão foi constituída considerando 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência);
- (ii) 7% para alunos que participam do Fundo Garantidor do FIES (FGEDUC) até Março de 2012;
- (iii) 5,63% para alunos que participam do Fundo Garantidor do FIES (FGEDUC) após Abril de 2012.

De fato, nesse primeiro ano, nossa PDD foi afetada negativamente, porque reconhecemos a provisão imediatamente, antecipando uma provisão que aguardaria normalmente 180 dias pelo critério utilizado pela Estácio.

O **prazo médio de recebimento bruto**, apresentado na tabela abaixo, leva em consideração o FIES e também o total do Contas a Receber bruto, sem descontar a PDD. Conforme pode ser observado, esse valor é superior ao PMR usualmente apresentado (conforme indicado na Tabela 20 – Contas a Receber e Prazo Médio de Recebimento), visto que não desconta o saldo de PDD e inclui os recebíveis de FIES.

Tabela 24 – Contas a receber bruto e prazo médio de recebimento bruto

Prazo médio de recebimento	3T11	4T11	1T12	2T12	3T12
Contas a Receber Bruto	283,2	320,8	358,5	350,9	351,6
Receita Líquida (Últimos 12 meses)	1.106,5	1.148,4	1.203,2	1.254,7	1.316,1
Dias do Contas a Receber Bruto	92	101	107	101	96
Dias do Contas a Receber Bruto Ex. FIES	82	89	91	90	84

Conforme previmos no 1T12, com a volta à normalidade dos aditamentos dos contratos FIES e com os efeitos do maior foco da organização no controle de recebíveis ex-FIES, o prazo de recebimento do Contas a Receber bruto voltou aos patamares do 3T11 e apresentou uma redução de 5 dias em relação ao trimestre anterior, caindo para 96 dias.



Divulgação de Resultados 3T12

Tabela 25 – Aging do Contas a Receber Bruto Total

Composição por Idade (R\$ milhões)	3T11	%	3T12	%
FIES	31,0	11%	45,0	13%
A vencer	90,8	32%	97,5	28%
Vencidas até 30 dias	45,4	16%	50,5	14%
Vencidas de 31 a 60 dias	19,7	7%	24,8	7%
Vencidas de 61 a 90 dias	6,0	2%	8,8	2%
Vencidas de 91 a 179 dias	34,3	12%	43,2	12%
Vencidas há mais de 180 dias	56,0	20%	81,9	23%
TOTAL	283,2	100%	351,6	100%

Tabela 26 – Aging dos Acordos a Receber

Composição dos Acordos por Idade (R\$ milhões)	3T11	%	3T12	%
A vencer	25,0	70%	16,4	55%
Vencidas até 30 dias	2,2	6%	3,4	11%
Vencidas de 31 a 60 dias	1,2	3%	0,9	3%
Vencidas de 61 a 90 dias	1,3	4%	1,2	4%
Vencidas de 91 a 179 dias	2,9	8%	3,0	10%
Vencidas há mais de 180 dias	2,9	8%	5,0	17%
TOTAL	35,5	100%	29,8	100%
% sobre o Contas a Receber Bruto	13%		8%	

Nossa carteira de recebíveis novamente se mostra saudável. Graças a nossa adoção de políticas rigorosas para renegociação de dívidas, no 3T12 contamos com apenas 8% do total de recebíveis originados de renegociações com alunos, 5 p.p abaixo do 3T11. Além disso, o percentual de títulos já vencidos dentre os recebíveis de renegociações há mais de 60 dias representa 31% do total de acordos, ou seja, 2,6% do total de nossa carteira de recebíveis.

Nossos critérios continuam rígidos, claros e objetivos, segundo os quais provisionamos 100% dos recebíveis vencidos há mais de 180 dias, agora complementados pelo provisionamento do FIES. As tabelas 27 e 28 demonstram como a nossa PDD é constituída, e reconcilia os saldos de balanço com os valores que transitaram em resultado.

Tabela 27 – Constituição da Provisão para Devedores Duvidosos na DRE

Em R\$ milhões	31/12/2011	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	30/09/2012
Mensalidades e taxa	56,8	96,9	(43,5)	53,4	(51,0)	59,2
Adquiridas	12,5	21,5	(7,8)	13,7	(3,5)	22,7
TOTAL	69,3	118,4	(51,3)	67,1	(54,5)	81,9

Tabela 28 – Reconciliação dos Saldos da Provisão para Devedores Duvidosos no Balanço

	30/09/2012	30/09/2011
Complemento da provisão	67,1	36,2
Risco de crédito - FIES	7,2	0,3
Baixa de cobrança e depósito não identificados	(2,9)	(5,5)
Venda da carteira de 2010	(5,2)	-
Efeitos das adquiridas no ato da aquisição	(6,6)	-
Outros	0,6	-
Total	60,2	30,9



Divulgação de Resultados 3T12

Investimentos (CAPEX e Aquisições)

Tabela 29 – Detalhamento dos Investimentos

Em R\$ milhões	3T11	3T12	Variação
CAPEX Total	24,2	62,5	158,3%
Manutenção	8,6	12,9	50,0%
Discrecionário, Expansão e Aquisições	15,6	49,6	217,9%
Modelo de Ensino	4,4	3,7	-15,9%
Nova Arquitetura de TI	5,3	2,3	-56,6%
Projetos de Integração	2,5	-	-100,0%
Projeto Tablet	-	3,8	N.A.
Expansão	3,4	0,9	-73,5%
Aquisições	-	38,9	N.A.

O **CAPEX total** do 3T12 apresentou um aumento de 158,3% com relação ao 3T11, principalmente em função os dispêndios com aquisições neste trimestre (R\$38,9 milhões), que não ocorreram no mesmo período do ano passado. O **CAPEX excluindo aquisições** ficou em R\$23,7 milhões, no mesmo nível do terceiro trimestre de 2011.

O **CAPEX de manutenção** totalizou R\$12,9 milhões no 3T12, alocados principalmente em atualização de sistemas, equipamentos, bibliotecas e laboratórios das nossas unidades. Também foram investidos cerca de R\$3,7 milhões no projeto do **Modelo de Ensino** (construção de conteúdo e desenvolvimento e produção EAD); R\$3,8 milhões do Projeto Tablet; e R\$2,3 milhões na aquisição de hardware e licenças para o desenvolvimento do nosso projeto de revisão da arquitetura de T.I., que visa substituir os nossos sistemas acadêmicos legados e também adequar o nosso hardware para o crescimento vislumbrado para a Estácio.

Os **investimentos em projetos de expansão, revitalizações e melhorias de unidades** totalizaram R\$0,9 milhão no 3T12 e compreenderam os investimentos realizados em unidades a serem lançadas no futuro.

Capitalização e Caixa

Tabela 30 – Capitalização e Caixa

Em R\$ milhões	30/09/2011	30/06/2012	30/09/2012
Patrimônio líquido	634,1	679,1	716,7
Caixa e disponibilidades	62,3	167,7	183,8
Endividamento bruto	(71,2)	(272,2)	(321,7)
Empréstimos bancários	(58,9)	(258,4)	(287,7)
Curto prazo	(3,2)	(7,7)	(17,8)
Longo prazo	(55,7)	(250,6)	(269,9)
Compromissos a pagar (Aquisições)	(7,3)	(9,5)	(24,3)
Parcelamento de tributos	(5,0)	(4,4)	(9,7)
Caixa / Dívida líquida	(8,9)	(104,5)	(137,9)

Ao final do 3T12, o **caixa** totalizava R\$183,8 milhões, aplicados conservadoramente em instrumentos de renda fixa, referenciados ao CDI, em títulos do governo federal e certificados de depósitos de bancos nacionais de primeira linha. O **endividamento** bancário de R\$287,7 milhões corresponde à primeira emissão de debêntures da Companhia de R\$200 milhões, às linhas de financiamento junto ao IFC (primeiro empréstimo de R\$48,5 milhões e primeiro saque da segunda linha de financiamento, em torno de R\$20 milhões) e à capitalização das despesas de *leasing* com equipamentos em cumprimento à Lei 11.638. Além disso, contamos com os compromissos a pagar referentes às aquisições realizadas, na ordem de R\$24,3 milhões, bem como o saldo a pagar de tributos parcelados para determinar o nosso **endividamento bruto**, que totalizou R\$321,7 milhões ao final do 3T12. Dessa forma, a **dívida líquida** da Estácio ao final do 3T12 totalizava R\$137,9 milhões.



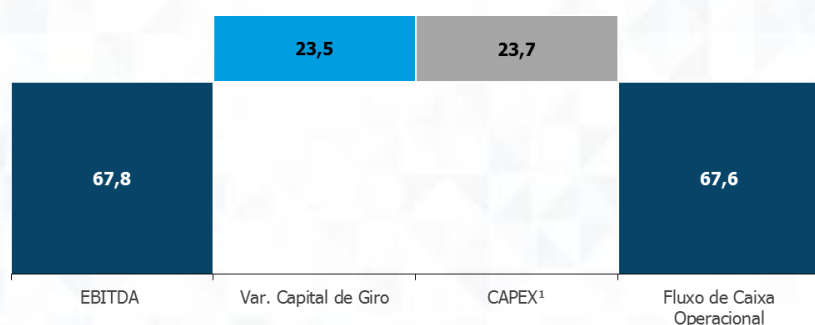
Divulgação de Resultados 3T12

Fluxo de Caixa

No 3T12, a variação positiva de R\$23,5 milhões do capital de giro e a variação de R\$23,7 milhões do CAPEX (excluindo aquisições) consumiram apenas R\$0,2 milhão do nosso EBITDA, gerando um **fluxo de caixa operacional positivo** de R\$67,6 milhões.

A geração de caixa operacional antes de CAPEX foi de R\$91,3 milhões no terceiro trimestre.

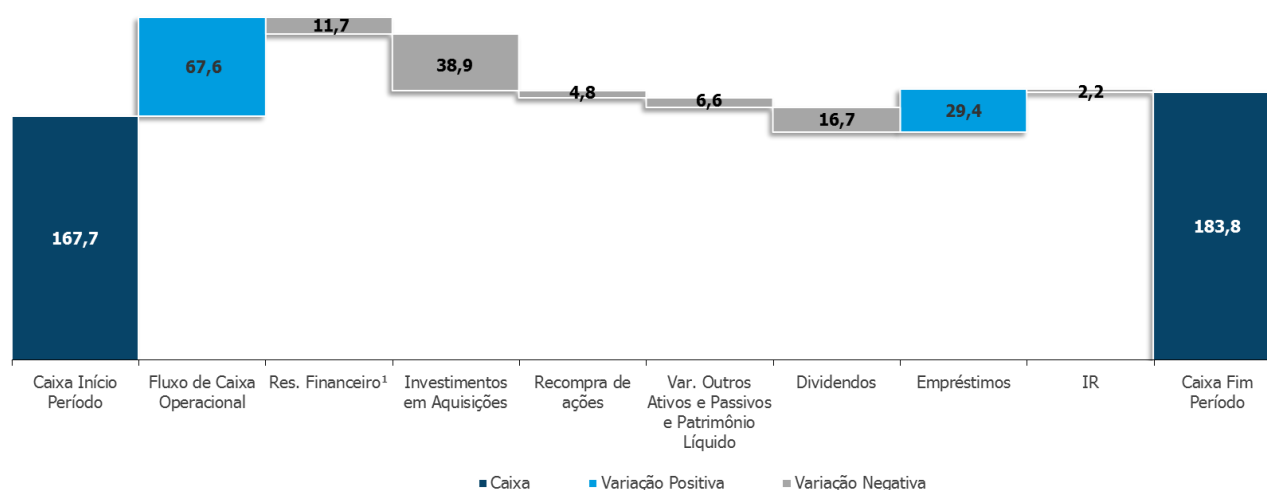
Gráfico 1 – Fluxo de Caixa Operacional (R\$ milhões) – Trimestral



¹CAPEX excluindo Aquisições.

No 3T12, o fluxo de caixa operacional positivo foi consumido pelo resultado financeiro negativo (R\$11,7 milhões), pelos investimentos em aquisições (R\$38,9 milhões) e pelos dividendos pagos (R\$16,7 milhões). Ainda assim, o fluxo de caixa operacional positivo e a variação positiva em empréstimos foram suficientes para mais do que compensar esses efeitos negativos, levando nossa posição de caixa para R\$183,8 milhões ao final do período, um aumento de R\$16,1 milhões.

Gráfico 2 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – Trimestral



¹Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional

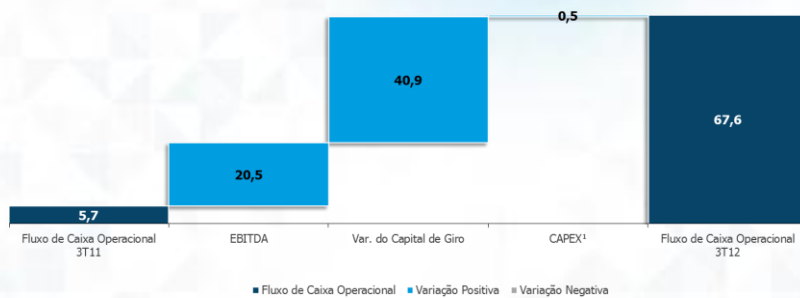
O fluxo de caixa operacional positivo do trimestre foi R\$61,9 milhões superior ao verificado no 3T11 (R\$5,7 milhões). Tal diferença é resultado direto do aumento expressivo do nosso EBITDA e da melhor gestão do caixa e dos processos do FIES, demonstrando mais uma vez nossa capacidade de gerar recursos para financiar nosso crescimento e nossa maior geração de caixa em 2012.



Estácio

Divulgação de Resultados 3T12

Gráfico 3 – Evolução do Fluxo de Caixa Operacional Trimestral (R\$ milhões) – ano-a-ano

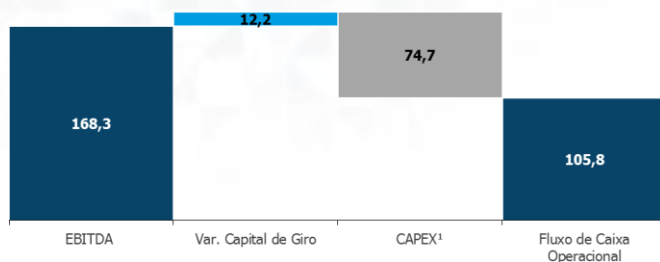


¹CAPEX excluindo Aquisições.

No 9M12, a variação de R\$74,7 milhões do CAPEX (excluindo aquisições), consumiu apenas parte do nosso EBITDA de R\$168,3 milhões que, combinado com uma variação positiva no capital de giro (R\$12,2 milhões), gerou um **fluxo de caixa operacional positivo** de R\$105,8 milhões.

A geração de caixa operacional antes de CAPEX foi de R\$180,5 milhões até setembro.

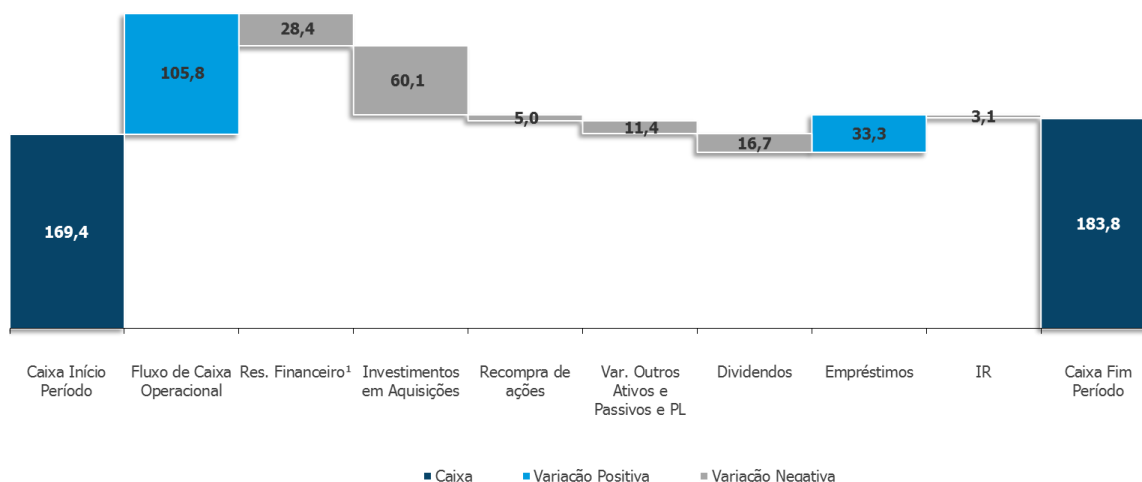
Gráfico 4 – Fluxo de Caixa Operacional (R\$ milhões) – 9M12



¹CAPEX excluindo Aquisições.

No 9M12, o fluxo de caixa operacional positivo foi consumido pelo resultado financeiro negativo (R\$28,4 milhões), pelos investimentos em aquisições (R\$60,1 milhões) e pelos dividendos pagos (R\$16,7 milhões). No entanto, a variação positiva em empréstimos, aliada ao fluxo operacional positivo, foram mais do que suficientes para compensar essas variações, levando a um aumento de R\$14,4 milhões em relação à posição de caixa do início do período.

Gráfico 5 – Fluxo de Caixa (R\$ milhões) – 9M12



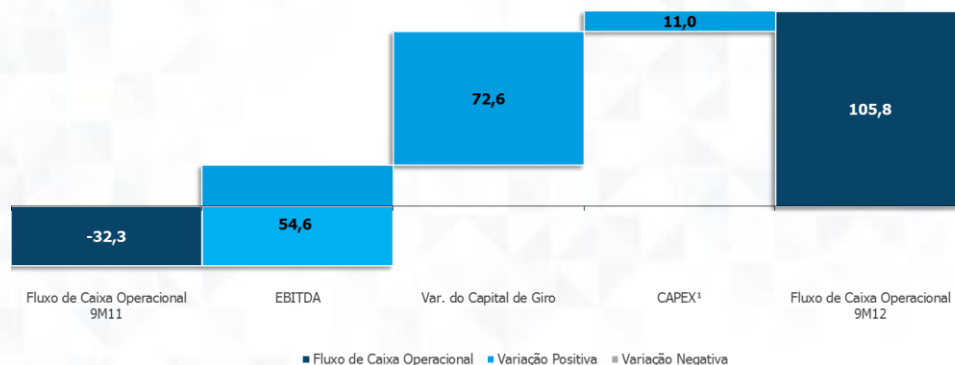


Divulgação de Resultados 3T12

¹Resultado Financeiro excluindo o Resultado Financeiro Operacional

O fluxo de caixa operacional positivo nos 9 meses de 2012 foi R\$138,1 milhões superior ao verificado no mesmo período de 2011 (R\$32,3 milhões negativo). A melhora expressiva da nossa geração de caixa em 2012 é resultado do EBITDA R\$54,6 milhões maior, do nosso melhor controle do capital de giro, que gerou ganho de mais R\$72 milhões, e da redução de R\$11,0 milhões no CAPEX não relacionado a aquisições.

Gráfico 6 – Evolução do Fluxo de Caixa Operacional 9 Meses (R\$ milhões) – ano-a-ano



¹CAPEX excluindo Aquisições.



Divulgação de Resultados 3T12

Principais Fatos Marcantes do 3T12

Estácio Lança Didatic@, Novo Aplicativo para o Tablet



A Estácio acaba de lançar a Didatic@, uma ferramenta de ensino inovadora que passa a ser disponibilizada para os alunos nos próximos dias e que levará as relações acadêmicas para o meio digital por meio de uma rede exclusiva de compartilhamento do estudo pessoal. O aplicativo online é mais uma etapa do Projeto Tablet, iniciado pela Estácio em 2011. Atualmente, 20 mil tablets já foram entregues aos alunos. O projeto da Didatic@ foi desenvolvido em parceria com o Instituto Eldorado, de Campinas (SP), e recebeu um investimento de R\$ 1 milhão.

O principal objetivo da Didatic@ é trazer mais dinâmica e eficiência ao estudo. Os conteúdos acadêmicos serão

compartilhados entre milhares de alunos e professores da universidade em todo o país. Uma vez na rede, esse material poderá ser enriquecido por todos os outros estudantes da rede com comentários, inserção de notas multicoloridas, links, vídeos, marcação de página e de texto, entre outras funcionalidades. Para os alunos que quiserem disponibilizar o material apenas para um grupo, haverá o ícone "cola", que restringirá o acesso ao conteúdo.

O presidente do Grupo Estácio, Rogério Melzi, reforçou o pioneirismo da ferramenta. Para ele, a novidade é mais um exemplo de como a instituição está à frente das tendências e o quanto está sendo investindo para que os estudantes tenham a melhor capacitação no mercado. "A Estácio está pensando o que será o ensino do futuro neste país. Ganhamos esse direito porque, há quatro anos, quando a Estácio retomou seu processo de crescimento, já havíamos decidido que nosso modelo seria pautado pela inovação", ressaltou Melzi.

A Didatic@ foi lançada oficialmente no dia 4 de outubro, no Rio de Janeiro, em um evento com a presença de cerca de 300 convidados, entre professores, colaboradores e alunos da Estácio, além de investidores e jornalistas de todo o Brasil. Entre os convidados estava o economista e professor Eduardo Giannetti, que falou sobre os desafios da educação no século 21 e a importância da capacidade de inovação das instituições de ensino nesta realidade. "Vivemos um momento muito especial da economia brasileira, quando a sociedade se propõe a investir mais em educação. A Didatic@ é uma mudança na postura passiva da educação, ao estimular o aluno a pensar por conta própria e em rede. Esse é um passo que será fundamental na construção de uma sociedade próspera", destacou o economista.

Novo Diretor de Relações com Investidores

Em 07 de novembro de 2012, foi aprovada a eleição de Virgílio Deloy Capobianco Gibbon, Diretor Financeiro da Estácio, para exercer também o cargo de Diretor de Relações com Investidores, função esta até então ocupada pelo Diretor Presidente da Companhia, Rogério Melzi.

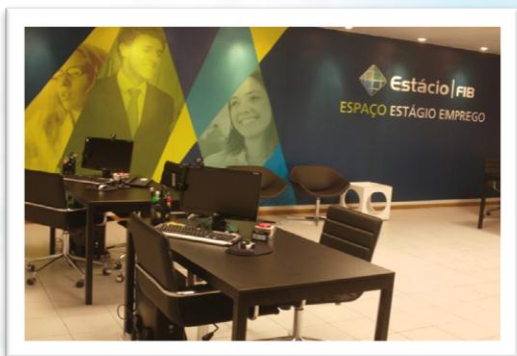
Término do Serviço de Formador de Mercado

Em 20 de setembro de 2012, a Estácio divulgou um Fato Relevante onde informou o término do Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado, firmado em 02 de fevereiro de 2011, com a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A..



Divulgação de Resultados 3T12

Estácio inaugura E3 no Centro do Rio



responsável pelo projeto Espaço E3.

Conheça os números atuais do Projeto E3:

- Empresas cadastradas: 30 mil;
- Alunos atendidos nos espaços E3 em 2012: 15 mil;
- Vagas oferecidas em 2012 (até ago): 203,2 mil;
- Acessos mensal ao portal de vagas: mais de 300 mil.

Inauguramos em agosto o Espaço Estácio Emprego - E3 da unidade Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Com essa inauguração, o projeto já soma 21 espaços em todo o Brasil. Por estar no Centro da Cidade e no cerne das empresas, a previsão é que somente esse E3 movimente 20 mil vagas até dezembro de 2012.

- O Centro da cidade concentra muitas empresas e Consultorias de RH. O E3 será uma referência na captação de candidatos para essas empresas e poderá gerar oportunidades para as outras unidades beneficiando um grande número de alunos – disse Solange Calvano,

Fórum Anual Docente 2012



Realizado nos dias 2 e 3 de agosto, o Fórum Anual de Docente Estácio vem se firmando ao longo dos anos como um espaço de reflexão sobre as questões educacionais e troca de experiências. Este ano, aproximadamente 550 professores e gestores acadêmicos de todo o país se reuniram em torno do tema "A Linguagem é plural – professores e alunos juntos interpretam a realidade" para analisar os discursos pedagógicos existentes dentro e fora da "escola" e discutir a necessidade de adoção de metodologias que desenvolvam nos alunos consciência social, crítica e cultural.

Entre os palestrantes estavam Miguel de Paula, Diretor de Gente e Gestão; Eduardo Alcalay, Presidente do Conselho de Administração; Rogério Melzi, Presidente do Grupo Estácio; Gustavo Ioschpe, Mestre em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional e articulista da revista Veja; Luiz Claudio Costa, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e Paula Caleffi, Diretora Executiva de Ensino da Estácio, além de dois renomados educadores, Vasco Moretto e Eliana Yunes, o que permitiu o aprofundamento da prática docente. O Professor Vasco Moretto com a palestra "Decifrando enunciado: qual é o X da questão", abordou as implicações decorrentes do processo de avaliação e a necessidade de resignificá-la. Já a Prof.^a Eliana Yunes apresentou os pressupostos da formação do leitor e a sua importância da leitura para sua inserção como cidadão no mundo.



Divulgação de Resultados 3T12

Lançamento do Programa de Excelência em Gestão – PEG



Foi lançado nesse trimestre o Programa de Excelência em Gestão (PEG) da Estácio. Nosso Programa de Excelência busca orientar, acompanhar e avaliar as atividades das unidades da Estácio e reconhecer as melhores práticas.

Pautado em cinco importantes pilares (Acadêmico, Administrativo Financeiro, Atendimento, Comercial, e Gente e Gestão), o PEG é baseado em experiências anteriores de empresas já com um modelo de gestão consolidado.

O objetivo do programa é estimular o aperfeiçoamento das unidades estabelecendo padrões de atuação e desempenho, além de promover a troca de melhores práticas e premiações para as melhores unidades do programa.

Dados da Teleconferência sobre Resultados

Teleconferência (em Português)	Teleconferência (em Inglês)
Data: 09 de novembro de 2012 (sexta-feira)	Data: 09 de novembro de 2012 (sexta-feira)
Horário: 11h00 (Brasília) / 08h00 (US ET)	Horário: 14h00 (Brasília) / 11h00 (US ET)
Telefone de Conexão: +55 (11) 3127 4971	Telefone de Conexão: +1 (412) 317-6776
Código de Acesso: Estácio	Código de Acesso: Estácio
Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ri	Webcast: www.estacioparticipacoes.com.br/ir
Replay: disponível até 16/11/2012	Replay: disponível até 18/11/2012
Telefone de Acesso: +55 (11) 3127 4999	Telefone de Acesso: +1 (412) 317-0088
Código de Acesso: 36443200	Código de Acesso: 10019949

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Estácio são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.



Divulgação de Resultados 3T12

Demonstração de Resultados em IFRS

Em R\$ milhões	Consolidado			Excluindo Aquisições em 2012		
	3T11	3T12	Variação	3T11	3T12	Variação
Receita Operacional Bruta	415,1	502,3	21,0%	415,1	492,3	18,6%
Mensalidades	407,7	495,2	21,5%	407,7	485,4	19,1%
Outras	7,4	7,0	-5,4%	7,4	7,0	-5,4%
Deduções da Receita Bruta	(126,8)	(152,6)	20,3%	(126,8)	(151,0)	19,1%
Descontos e Bolsas	(114,0)	(138,3)	21,3%	(114,0)	(137,2)	20,3%
Impostos	(12,8)	(14,3)	11,7%	(12,8)	(13,8)	7,8%
Receita Operacional Líquida	288,3	349,6	21,3%	288,3	341,4	18,4%
Custos dos Serviços Prestados	(187,9)	(211,7)	12,7%	(187,9)	(205,2)	9,2%
Pessoal	(135,6)	(152,9)	12,8%	(135,6)	(147,8)	9,0%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(26,7)	(29,8)	11,6%	(26,7)	(29,1)	9,0%
Material Didático	(5,0)	(6,3)	26,0%	(5,0)	(6,2)	24,0%
Serviços de terceiros e outros	(13,1)	(13,1)	0,0%	(13,1)	(12,7)	-2,8%
Depreciação	(7,5)	(9,6)	28,0%	(7,5)	(9,4)	25,3%
Lucro Bruto	100,4	138,0	37,5%	100,4	136,1	35,6%
Margem Bruta	34,8%	39,5%	4,7 p.p.	34,8%	39,9%	5,1 p.p.
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(68,3)	(85,3)	24,9%	(68,3)	(84,1)	23,1%
Despesas Comerciais	(22,0)	(33,9)	54,1%	(22,0)	(33,3)	51,4%
PDD	(8,2)	(16,1)	96,3%	(8,2)	(15,6)	90,2%
Publicidade	(13,8)	(17,8)	29,0%	(13,8)	(17,7)	28,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(42,7)	(46,9)	9,8%	(42,7)	(46,3)	8,4%
Pessoal	(17,8)	(25,8)	44,9%	(17,8)	(25,7)	44,6%
Outros	(24,9)	(21,1)	-15,3%	(24,9)	(20,6)	-17,3%
Depreciação	(3,6)	(4,4)	22,2%	(3,6)	(4,4)	22,2%
EBIT	32,1	52,7	64,2%	32,1	52,0	62,0%
Margem EBIT	11,1%	15,1%	4,0 p.p.	11,1%	15,2%	4,1 p.p.
(+) Depreciação	11,1	14,1	27,0%	11,1	13,8	24,3%
(+) Resultado financeiro operacional	4,1	1,1	-73,2%	4,1	1,0	-75,6%
EBITDA	47,3	67,8	43,3%	47,3	66,8	41,2%
Margem EBITDA	16,4%	19,4%	3,0 p.p.	16,4%	19,6%	3,2 p.p.
Resultado financeiro operacional	(4,1)	(1,1)	-73,2%	(4,1)	(1,0)	-75,6%
Resultado financeiro	(2,3)	(10,6)	360,9%	(2,3)	(10,4)	352,2%
Depreciação e amortização	(11,1)	(14,1)	27,0%	(11,1)	(13,8)	24,3%
Resultado das Atividades não continuadas	(2,2)	(0,1)	N.A.	(2,2)	(0,1)	N.A.
Contribuição social	0,9	(0,6)	-166,7%	0,9	(0,6)	-166,7%
Imposto de renda	2,6	(1,6)	-161,5%	2,6	(1,6)	-161,5%
Lucro Líquido	31,1	39,8	28,0%	31,1	39,4	26,7%
Margem Líquida	10,8%	11,4%	0,6 p.p.	10,8%	11,5%	0,7 p.p.



Estácio

Divulgação de Resultados 3T12

Em R\$ milhões	Consolidado		
	9M11	9M12	Variação
Receita Operacional Bruta	1.221,1	1.468,2	20,2%
Mensalidades	1.201,7	1.449,9	20,7%
Outras	19,4	18,3	-5,7%
Deduções da Receita Bruta	(367,1)	(446,6)	21,7%
Descontos e Bolsas	(330,2)	(401,3)	21,5%
Impostos	(36,8)	(45,3)	23,1%
Receita Operacional Líquida	854,0	1.021,6	19,6%
Custos dos Serviços Prestados	(571,3)	(637,7)	11,6%
Pessoal	(419,8)	(456,8)	8,8%
Aluguéis, condomínio e IPTU	(77,7)	(87,3)	12,4%
Material Didático	(17,8)	(24,3)	36,5%
Serviços de terceiros e outros	(37,2)	(40,5)	8,9%
Depreciação	(18,8)	(28,8)	53,2%
Lucro Bruto	282,7	383,9	35,8%
Margem Bruta	33,1%	37,6%	4,5 p.p.
Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(209,6)	(264,1)	26,0%
Despesas Comerciais	(82,8)	(119,7)	44,6%
PDD	(30,9)	(60,2)	94,8%
Publicidade	(51,8)	(59,6)	15,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(116,1)	(131,3)	13,1%
Pessoal	(50,6)	(67,5)	33,4%
Outros	(65,5)	(63,7)	-2,7%
Depreciação	(10,8)	(13,2)	22,2%
EBIT	73,1	119,7	63,7%
Margem EBIT	8,6%	11,7%	3,1 p.p.
(+) Depreciação	29,7	42,0	41,4%
(+) Resultado financeiro operacional	11,0	6,5	-40,9%
EBITDA	113,7	168,3	48,0%
Margem EBITDA	13,3%	16,5%	3,2 p.p.
Resultado financeiro operacional	(11,0)	(6,5)	-40,9%
Resultado financeiro	(2,8)	(21,7)	675,0%
Depreciação e amortização	(29,7)	(42,0)	41,4%
Resultado das Atividades não continuadas	(2,2)	(0,1)	N.A.
Contribuição social	(0,1)	(0,8)	700,0%
Imposto de renda	(0,2)	(2,3)	1050,0%
Lucro Líquido	67,8	94,8	39,8%
Margem Líquida	7,9%	9,3%	1,4 p.p.



Divulgação de Resultados 3T12

Balanco Patrimonial em IFRS

Em R\$ milhões	30/09/2011	30/06/2012	30/09/2012
Ativo Circulante	355,2	520,5	542,7
Disponibilidades	53,7	17,9	11,8
Títulos e valores mobiliários	8,7	149,7	172,0
Contas a receber	221,9	268,0	264,5
Contas a compensar	9,7	6,2	15,0
Adiantamentos a funcionários/terceiros	18,7	20,3	23,2
Partes relacionadas	0,3	0,3	0,3
Despesas antecipadas	12,9	12,8	23,2
Impostos e contribuições	-	18,6	15,5
Outros	29,3	26,7	17,4
Ativo Não-Circulante	545,3	630,5	696,5
Realizável a Longo Prazo	72,9	94,4	111,9
Despesas antecipadas	0,6	0,7	0,7
Partes relacionadas	-	-	-
Depósitos judiciais	56,1	78,8	80,4
Impostos e contribuições	-	-	9,0
Impostos diferidos e outros	16,1	15,0	21,7
Permanente	472,4	536,1	584,6
Investimentos	0,2	0,2	0,2
Imobilizado	250,8	275,9	279,8
Intangível	221,4	260,0	304,6
Total do Ativo	900,5	1151,0	1239,2
Passivo Circulante	143,0	154,2	178,2
Empréstimos e financiamentos	3,2	7,7	17,8
Fornecedores	17,6	20,7	30,4
Salários e encargos sociais	92,2	83,6	91,2
Obrigações tributárias	12,2	8,9	15,1
Mensalidades recebidas antecipadamente	6,3	7,2	5,4
Adiantamento de convênio	-	2,9	2,9
Parcelamento de tributos	0,3	0,2	1,0
Dividendos a pagar	-	16,7	0,0
Compromissos a pagar	7,3	3,5	12,0
Outros	3,9	2,9	2,5
Exigível a Longo Prazo	123,4	317,6	344,3
Empréstimos e financiamentos	55,7	250,6	269,9
Provisão para contingências	30,9	27,0	23,5
Adiantamento de convênio	18,5	13,5	12,7
Parcelamento de tributos	4,7	4,2	8,7
Provisão para desmobilização de ativos	13,6	13,7	13,9
Impostos diferidos	-	2,7	3,2
Compromissos a pagar	-	6,0	12,4
Patrimônio Líquido	634,1	679,1	716,7
Capital social	364,4	367,8	366,5
Gastos com emissão de ações	(2,8)	(2,8)	-
Reservas de capital	108,7	111,8	112,8
Reservas de lucros	100,5	153,9	153,9
Lucros acumulados	67,8	55,0	94,8
Ações em Tesouraria	(4,4)	(6,5)	(11,3)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	900,5	1151,0	1239,2



Divulgação de Resultados 3T12

Sobre a Estácio

A Estácio é uma das maiores **organizações privadas de ensino superior** no Brasil em número de alunos matriculados, com presença nacional, em grandes cidades do país. Sua base de alunos possui perfil bastante diversificado, sendo, em sua maioria, jovens trabalhadores de média e média-baixa renda. Seu crescimento e liderança de mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos, à localização estratégica de suas unidades, aos preços competitivos praticados e à sua sólida situação financeira.

Os pontos fortes da Estácio são:

Forte Posicionamento para Explorar o Potencial Crescimento do Mercado

- ◆ Presença nacional, com Unidades nos maiores centros urbanos do país
- ◆ Amplo portfólio de cursos
- ◆ Capacidade empresarial e financeira de inovação e melhoria dos nossos cursos
- ◆ Marca "Estácio", amplamente reconhecida

Qualidade Diferenciada de Ensino

- ◆ Currículos nacionalmente integrados
- ◆ Metodologia de ensino diferenciada
- ◆ Total convergência entre os Modelos Presencial e EAD
- ◆ Corpo docente altamente qualificado

Gestão Operacional Profissional e Integrada

- ◆ Modelo de gestão orientado por resultados
- ◆ Foco na qualidade do ensino

Modelo de Negócio Escalável

- ◆ Crescimento com rentabilidade
- ◆ Expansão orgânica e via aquisições

Solidez Financeira

- ◆ Forte reserva de caixa
- ◆ Capacidade de geração e captação de recursos
- ◆ Controle do capital de giro



Divulgação de Resultados 3T12

Ao final do terceiro trimestre de 2012, a Estácio tinha 284,4 mil alunos de graduação, pós-graduação e ensino a distância matriculados em sua rede de ensino de abrangência nacional que agora, após as aquisições dos últimos meses, iniciou sua operação em mais três estados brasileiros, conforme mapa a seguir:



Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado, tendo como instituições sob o seu controle, direto e indireto, doze mantenedoras, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada. O conglomerado reúne uma Universidade, quatro Centros Universitários e vinte e nove faculdades, distribuídas em vinte Estados do país. A Estácio tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) /IAS 34 – "Demonstrações Intermediárias". Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 (R1) /IAS 34, a Companhia também adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações trimestrais individuais foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) – "Demonstrações Intermediárias" e são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

As informações relativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas nas informações trimestrais para fins de comparação, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS). As práticas contábeis aplicadas nessas informações trimestrais individuais e consolidadas estão consistentes com àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2011.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito

Notas Explicativas

para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de setembro de 2012, com a única exceção que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da Companhia, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que de acordo com as normas internacionais de contabilidade seria custo ou valor justo.

2.1 Refazimento das Informações Trimestrais

Em atendimento ao Ofício/CVM/SER/SEP/Nº 01/2013 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 8 de janeiro de 2013 a Companhia alterou (i) a nota explicativa 2, quanto ao detalhamento dos ajustes nas informações nos fluxos de caixa e balanço patrimonial dos saldos correspondentes, (ii) nota explicativa 18, corrigindo o número de ação em tesouraria e (iii) nota explicativa 21, alterando os valores de remuneração da administração.

2.1a Reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial

Durante a elaboração das Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2012, foram identificados ajustes nas demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado) do período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 decorrentes, substancialmente, da apresentação dos impactos das combinações de negócios (consolidado) ocorridas nesse período e relativo a reclassificação de dividendos recebidos da atividade de investimento para atividade operacional (controladora) uma vez que a Companhia entende que essa mudança traz um maior alinhamento com o requerimento do pronunciamento contábil “CPC 03 (R2). Demonstração dos fluxos de caixa”. Essa última foi considerada uma mudança de prática contábil a partir de 2012 resultou na reclassificação de R\$ 28.459 no saldo correspondente do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011. O quadro abaixo apresenta os ajustes efetuados (valores reclassificados em relação ao originalmente publicado):

Notas Explicativas

	<u>30 de setembro de 2011</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais – Originalmente publicado	(2.967)	37.745
Ajustes	<u>24.366</u>	<u>(34.834)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais – Reapresentado	<u>21.399</u>	<u>2.911</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento – Originalmente publicado	(14.814)	(34.680)
Ajustes	<u>(24.366)</u>	<u>43.752</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento – Reapresentado	(39.180)	9.072
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento – Originalmente publicado	5.769	5.887
Ajustes	<u></u>	<u>(8.918)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento – Reapresentado	<u>5.769</u>	<u>(3.031)</u>

Os ajustes acima enumerados se referem ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 apenas e não produziram efeito nos resultados apurados pela Companhia, no resultado por ação (básico e diluído), em seu fluxo de caixa líquido e nos valores adicionados no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

Adicionalmente, algumas reclassificações menos relevantes foram efetuadas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, quais sejam:

- (i) R\$ 5.469 de impostos e contribuições reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante;
- (ii) R\$ 3.310 de empréstimos e financiamentos reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante;
- (iii) R\$ 1.800 (controladora) e R\$ 2.887 (consolidado) de adiantamento de convênio (outros passivos) de passivo não circulante para passivo circulante.

Por fim, com o objetivo de padronizar as informações apresentadas no formulário de referência e as dessa ITR, alguns saldos (consolidado) de 30 de setembro de 2012 e seus saldos correspondentes, apresentados para fins de comparabilidade, sofreram algumas alterações, quais sejam:

- Contas a receber originalmente publicado no valor de R\$ 358.974 (R\$ 322.817 - dezembro de 2011) para R\$ 264.467 (R\$ 244.070 – dezembro de 2011) em decorrência da reclassificação do sub-grupo de contas “Outras contas a receber” no

Notas Explicativas

valor de R\$ 94.507 (R\$ 78.747 – dezembro de 2011), para apresentação separada como de “Despesas antecipadas” no valor de R\$ 23.190 (R\$ 10.318 – dezembro de 2011) e “Outros ativos circulantes” no valor de R\$ 71.317 (R\$ 68.429 – dezembro de 2011).

- Obrigações fiscais originalmente publicado no valor de R\$ 16.102 (R\$ 15.846 – dezembro de 2011) para R\$ 15.139 (R\$15.627 – dezembro de 2011) em decorrência da reclassificação dos saldos de parcelamentos de tributos no valor total de R\$ 963 (R\$ 219 – dezembro de 2011) para “Outras obrigações.

Essas modificações foram efetuadas sem trazer impacto nos saldos das principais grupos de contas, ativos e passivos circulantes e não circulantes.

Adicionalmente, as demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram ajustadas para demonstrar o lucro líquido como ponto de partida dos ajustes dos efeitos que não afetam o caixa, ao invés do lucro antes do imposto de renda. Essa modificação visa manter a consistência com a apresentação dos períodos anteriores.

Em função do exposto, a Companhia efetuou o rearquivamento de suas Informações Trimestrais – ITR de 30 de setembro de 2012, assim como das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP de 31 de dezembro de 2011 e da ITR de 30 de setembro de 2011.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação e reapresentação destas informações trimestrais em 11 de janeiro de 2013.

2.2. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação na data do balanço é assim resumida:

	30/09/2012	31/12/2011
	Direta	Direta
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100%	100%
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100%	100%
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	100%	100%
Estácio Editora	100%	100%

Notas Explicativas

	30/09/2012	31/12/2011
	Indireta	Indireta
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100%	100%
Faculdade de Natal Ltda. ("FAL")	100%	100%
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100%	100%
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda.	100%	
Faculdade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda ("FARGS")	100%	
Unisãoluis Educacional S.A ("Unisãoluis")	100%	
UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	100%	
Associação Educacional da Amazônia ("Asseama")	100%	

O período de abrangência das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das sociedades consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas.

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas Explicativas

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.3.1 – Controladas indiretas

- (i) Em 05 de abril de 2012, a Companhia adquiriu por meio de sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do capital social da Associação Educacional da Amazônia ("ASSEAMA"), mantenedora da Faculdade Seama, com sede e campus na Cidade de Macapá, Estado do Amapá. O valor da transação foi de R\$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a Seama possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades em Amapá possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado da cidade (informações não revisadas).

Notas Explicativas

- (ii) Em 25 de junho de 2012, a Companhia adquiriu por meio de sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas do capital social da IDEZ Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples LTDA ("IDEZ"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$2.750, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

- (iii) Em 01 de agosto de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL S/S LTDA. ("FARGS"), mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul,

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

- (iv) Em 21 de agosto de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações da UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL"), mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

O valor transação da UNIUOL foi de R\$ 615, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A UNIUOL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnólogos e 6 de pós-graduação

Notas Explicativas

- (v) Em 12 de setembro de 2012 a Companhia adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das ações da UB Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis"), com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.

O valor da transação foi de R\$ 21.791, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos (informações não revisadas). A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

A Companhia ainda não procedeu com a alocação do ágio destas aquisições, pois encontra-se em processo de apuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos assim como a identificação dos ativos intangíveis.

2.4. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se o seguinte:

- As receitas das atividades são reconhecidas quando da prestação dos serviços correlatos;
- O custo dos serviços prestados é reconhecido quando incorrido na prestação dos serviços respectivos.
- As despesas e receitas operacionais são reconhecidas quando incorridas.

2.5. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias da controladora e consolidado. As informações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o

Notas Explicativas

ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.8. Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

2.9. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de informações contábeis intermediárias da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de

Notas Explicativas

divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de informações contábeis intermediárias da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.11. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação de bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. A amortização das benfeitorias em imóveis alugados é calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de locação. Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.12. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, licenças de uso, projetos, fundo de comércio (carteira de alunos) e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.13. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em

Notas Explicativas

uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor contábil:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 10).

2.14. Arrendamento mercantil

► Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 9. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

► Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do período pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

Notas Explicativas

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os custos de captação/transação são apresentados líquidos dos saldos dos empréstimos.

2.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.17. Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para desmobilização de ativos", o valor presente destes custos.

2.18. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.19. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- ▶ IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- ▶ COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- ▶ PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 para

Notas Explicativas

determinadas controladas e fevereiro de 2007 para a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"):

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (20% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano) - SESES. Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.20. Pagamento baseado em ações

A Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados

Notas Explicativas

para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b). As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.21. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.22. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

2.23. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O

Notas Explicativas

cálculo do valor justo menos custos é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As premissas e conclusões sobre a avaliação do valor recuperável estão divulgadas nas Notas 9 e 10.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 21(b).

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

2.24. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.25. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no

Notas Explicativas

momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.26. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e/ou a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta

Notas Explicativas

categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado no período findo em 30 de setembro de 2012.

2.27. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	70	154	6.047	18.509
Aplicações financeiras		1.376	5.709	3.348
	70	1.530	11.756	21.857
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	96.505	109.424	136.708	108.526
Fundo de investimento			2.467	
Operações compromissadas	12.676	37.671	32.839	39.039
	109.181	147.095	172.014	147.565
Total	109.251	148.625	183.770	169.422

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins, de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Os Certificados de Depósitos Bancários são remunerados a uma taxa de 101,5% a 104,0% do CDI em 30 de setembro de 2012 (de 101,5% a 101,8% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 100,8% a 103,0% do CDI controladora e consolidado em 30 de setembro de 2012 (de 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
FIES	44.988	36.452
Mensalidades de alunos	251.507	241.404
Cartões a receber	25.283	12.165
Acordo a receber	29.835	26.430
Taxas a receber	-	4.379
	351.613	320.830
Créditos a identificar	(5.257)	(7.468)
Provisão para devedores duvidosos	(81.889)	(69.292)
	264.467	244.070

A composição do contas a receber foi reordenada para melhor apresentação dos saldos provenientes de acordos e negociações. O valor a receber de cartão de crédito está apresentado fora dos acordos a receber pois parte substancial do saldo é decorrente de captação e renovação de adimplentes.

Notas Explicativas

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2012	%	31/12/2011	%
FIES	44.988	13%	36.452	11%
A vencer	97.465	28%	60.578	19%
Vencidas até 30 dias	50.504	14%	39.986	12%
Vencidas de 31 a 60 dias	24.793	7%	30.649	10%
Vencidas de 61 a 90 dias	8.774	2%	31.485	10%
Vencidas de 91 a 179 dias	43.200	13%	52.388	16%
Vencidas a mais de 180 dias	81.889	23%	69.292	22%
	<u>351.613</u>	<u>100%</u>	<u>320.830</u>	<u>100%</u>

As contas a receber - Sistema FIES, estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto a Caixa Econômica Federal - CEF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) dos funcionários da Companhia, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/09/2012	%	31/12/2011	%
A vencer	16.369	55%	9.098	34%
Vencidas até 30 dias	3.374	11%	4.006	15%
Vencidas de 31 a 60 dias	905	3%	2.360	9%
Vencidas de 61 a 90 dias	1.172	4%	2.414	9%
Vencidas de 91 a 179 dias	2.997	10%	4.396	17%
Vencidas a mais de 180 dias	5.018	17%	4.156	16%
	<u>29.835</u>	<u>100%</u>	<u>26.430</u>	<u>100%</u>

Em virtude dos ajustes implementados a partir do exercício de 2010 na condução da inadimplência, os recebíveis provenientes de acordos/negociações são substancialmente liquidados em até 60 dias. A administração da Companhia mantém critérios rígidos que não permitem rolagem de dívida de um semestre para outro. A Companhia oferece toda forma de meios de pagamento ao aluno, porém considera seus respectivos limites de crédito.

Notas Explicativas

A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2011	Aumento bruto da provisão para inadimplência	Recuperação da Inadimplência	Efeito líquido da provisão	Baixa	30/09/2012
Mensalidades e taxa	56.815	96.916	(43.526)	53.390	(51.012)	59.193
Adquiridas	12.477	21.523	(7.798)	13.725	(3.506)	22.696
	69.292	118.439	(51.324)	67.115	(54.518)	81.889

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do período, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/renegociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

No período findo em 30 de setembro de 2012 a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas comerciais', estava representada da seguinte forma:

	30/09/2012	30/09/2011
Complemento da provisão	67.114	47.517
Risco de crédito -FIES	7.160	259
Baixa de cobrança e depósito não identificados	(2.943)	(5.515)
Venda da carteira de 2010	(5.195)	
Efeito das adquiridas no ato da aquisição (**)	(6.597)	(11.335)
Outros	615	
	60.154	30.926

(*) Refere-se ao provisionamento da inadimplência de alunos FIES, o qual foi constituído da seguinte forma:

- (i) 2,25% para alunos com fiador (assumindo de forma conservadora que a perda futura da carteira FIES será de 15%, índice aproximadamente três vezes superior à perda histórica da carteira de alunos ex-FIES; a provisão foi constituída considerando 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência);
- (ii) 7% para alunos que participam do Fundo Garantidor do FIES (FGEDUC) até Março de 2012;
- (iii) 5,63% para alunos que participam do Fundo Garantidor do FIES (FGEDUC) após Abril de 2012.

(**)Representa o saldo de PDD no balanço patrimonial das adquiridas no ato da aquisição, que portanto não transitaram pelo resultado consolidado da companhia.

Notas Explicativas

5. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do § 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

Natureza da transação	Controladora		Consolidado		Indexação
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	
ATIVO CIRCULANTE					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	914	19.783			110% CDI
IREP		2.722			110% CDI
NOVA ACADEMIA DO CONCURSO	3	182			110% CDI
FAL	1	924			110% CDI
FATERN	2	51			110% CDI
IREP	140	78			110% CDI
ATUAL	4				110% CDI
SEAMA	4				
EDITORIA	6				
	1.074	23.740			
Pessoas ligadas					
			259	259	100% CDI
	1.074	23.740	259	259	
Despesas antecipadas (i e ii)					
		1.399	1.447	1.415	
		1.399	1.447	1.415	
Fundo de investimento (iii)					
	1.009				
	1.009				
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Investimentos - AFAC					
IREP					
NOVA ACADEMIA	1.050	1.204			
ESTÁCIO EDITORA		250			
SESES	43.950	43.642			
	45.000	45.096			
PASSIVO CIRCULANTE					
Sociedades controladas					
SESES	2.866	2.688			
IREP	3	8.833			
ATUAL	80				
	2.949	11.521			

- (i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de

Notas Explicativas

junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorará pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia.

O Contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer uma das Partes, mediante o envio de notificação a outra Parte, com antecedência de 60 (sessenta) dias, devendo ser observado, nessa hipótese todas as implicações previstas no Contrato, entre as quais a obrigação de pagamento de indenização à Marone, em parcela única devidamente atualizada pela variação do IGP-M/FGV, no valor correspondente à soma das parcelas devidas até o final do contrato, em caso de rescisão por iniciativa da Companhia. Caso o Contrato seja rescindido, de forma antecipada, por parte da Marone, não cabe a esta qualquer pagamento indenizatório à Companhia.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato.

O referido contrato que foi contabilizado em despesas antecipadas foi liquidado em 31 de julho de 2012.

- (ii) Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a ARemor Consultoria e Treinamento Ltda ("ARemor") cujo o

Notas Explicativas

objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte, compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Companhia para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Companhia junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Companhia venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte, de acordo com orientações da Companhia, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhadas às diretrizes da Companhia e de seus controladores) para prospecção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) tecer rede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Companhia, (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Companhia e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Companhia, e (xv) demais outras atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Companhia. Em janeiro e maio de 2012 foram adiantados à AREmor R\$ 1.000 e R\$ 300, respectivamente, que corresponde parte do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. O valor pago antecipadamente será considerado incorrido na medida em que as metas forem sendo batidas de forma consistente.

- (iii) Em 16 de agosto de 2012, a Companhia aplicou via Fundo Exclusivo de Investimento Estapart do banco BTG Pactual o valor de R\$ 1.000 no fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP que tem a GP Investimentos como detentora de 91,6% de sua gestora, a BRZ Investimentos.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui R\$ 1.009 aplicados no respectivo fundo.

Notas Explicativas**6. Despesas antecipadas**

	Consolidado	
	30/9/2012	31/12/2011
Seguros	921	95
IPTU a Apropriar	631	
Material didático (*)	11.771	3.517
Antecipação de férias e encargos	7.848	4.652
Outras despesas antecipadas	2.733	2.718
Total	23.904	10.982
Ativo circulante	23.190	10.318
Ativo não circulante	714	664
	23.904	10.982

(*) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem são contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período a que se referem.

7. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ	5.969	5.143	13.967	13.249
CSLL	246	155	1.674	1.467
PIS	2	2	240	220
COFINS	14	13	798	758
ISS	74	57	7.068	1.906
INSS			586	586
FGTS			6	6
IOF	104	99	110	105
	6.409	5.469	24.449	18.297
Ativo circulante		.	15.457	12.828
Ativo não circulante	6.409	5.469	8.992	5.469
	6.409	5.469	24.449	18.297

Notas Explicativas

8. Investimentos em controladas

Movimentação dos investimentos

	31/12/2011	Opções outorgadas	Adições(i)	Equivalência patrimonial	AFAC	Aumento de capital	30/09/2012
Investimentos							
SESES	349.144	3.075		49.701	308	71.428	473.656
IREP	300.405		23.866	64.743		1.500	390.514
NOVA ACADEMIA	13.519			(1.955)	685	1.509	13.758
ESTACIO EDITORA	(10)			(7)			(17)
Total	663.058	3.074	23.866	112.482	993	74.437	877.911

	SESES	IREP	NOVA ACADEMIA	ESTÁCIO EDITORIA
Participação no capital	100%	100%	100%	100%
Quantidade de quotas detidas	249.177	211.000	3015	250
Capital social integralizado	249.177	209.500	3015	250
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)				
30 de setembro de 2012	429.706	328.072	(1.310)	-22
31 de dezembro de 2011	305.502	237.963	(1.448)	(265)
Saldo reserva - PROUNI				
30 de setembro de 2012	27.663	28.464		
31 de dezembro de 2011	27.663	15.463		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício				
30 de setembro de 2012	49.701	64.743	(4.716)	-272
31 de dezembro de 2011	30.358	51.873		
Adiantamento para futuro aumento de capital				
30 de setembro de 2012	43.950	-	1.050	0
31 de dezembro de 2011	43.642	-	1.204	250
Ágio na Aquisição de Investimento				
30 de setembro de 2012		62.442	14.018	5
30 de dezembro de 2011		62.442	13.763	5
Investimento total:				
30 de setembro de 2012	473.656	390.514	13.758	(17)
31 de dezembro de 2011	349.144	300.405	13.519	(10)
Investimento total:				
30 de setembro de 2012	877.911			
31 de dezembro de 2011	663.058			

Notas Explicativas

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada IREP efetuou proposta de dividendo no montante de R\$ 36.866. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 3 de maio de 2012, relativo à esses dividendos propostos, foram aprovados R\$ 13.000 a serem pagos como dividendos e o montante remanescente de R\$ 23.866 foi destinado à constituição de reserva de retenção de lucros.

Em 08 de setembro de 2011, a Companhia alienou a totalidade das ações de que era titular no capital social da Sociedad de Enseñanza Superior S.A., sociedade com sede na cidade de Assunção, na República do Paraguai. O valor da transação foi de US\$ 1.200.000,00, que convertido a taxa de câmbio do dia da venda, é de R\$ 1.988 com a primeira parcela de US\$ 200.000,00 paga em outubro de 2011, e as demais em quatro parcelas anuais de US\$ 250.000,00. Com esta transação a Companhia obteve uma perda de R\$ 2.171, contabilizada como resultado de operações descontinuadas na data da alienação.

O resultado de equivalência patrimonial registrado pela controladora é composto pela parcela do incentivo fiscal relativo ao PROUNI registrado no resultado das controladas, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07, no valor de R\$ 40.229 (R\$ 25.968 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

9. Imobilizado

Imobilizado - Controladora

	Computadores e periféricos	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.068	6.068
Depreciação/amortização	(1.771)	(1.771)
Saldos em 30 de setembro de 2012	4.297	4.297
Saldos em 30 de setembro de 2012		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	(4.782)	(4.782)
Valor residual – 30 de setembro de 2012	4.297	4.297
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Custo total	9.079	9.079
Depreciação acumulada	(3.011)	(3.011)
Valor residual – 31 de dezembro de 2011	6.068	6.068

Notas Explicativas

Imobilizado - Consolidado

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	Biblioteca	Instalações	Outros	Construções em andamento	Desmobilização	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			5.088
Adições		336	1.903	1.975	2.770	7.801	2.023	5.344	832	8.630	6.854	512	38.980
Baixas				(24)	(141)	(31)		(7)		(52)		(1.047)	(1.302)
Transferências		1.374	10.642								(12.016)		
Depreciação/amortização		(827)	(5.583)	(2.131)	(8.936)	(4.441)	(622)	(1.952)	(660)	(940)		(670)	(26.762)
Saldos em 30 de setembro de 2012	19.830	46.397	37.218	23.728	27.463	25.951	11.844	44.998	7.072	17.282	16.498	1.524	279.805
Saldos em 30 de setembro de 2012													
Decorrente de combinação de negócio			847	951	450	682	237	1.251	28	642			5.088
Custo total	19.830	84.420	99.443	49.298	78.010	47.561	22.744	76.072	11.721	20.857	16.498		526.454
Depreciação acumulada		(38.023)	(63.072)	(26.521)	(50.997)	(22.292)	(11.137)	(32.325)	(4.677)	(4.218)		1.525	(251.737)
Valor residual – 30 de setembro de 2012	19.830	46.397	37.218	23.728	27.463	25.951	11.844	44.998	7.072	17.281	16.498	1.525	279.805
Decorrente de combinação de negócio			463	2.196	784	1.331	91	1.713	1.421	234	465		8.698
Custo total	19.830	82.710	86.436	45.272	89.557	39.018	20.632	69.035	9.468	12.057	21.195		495.210
Depreciação acumulada		(37.196)	(57.490)	(24.511)	(57.021)	(18.409)	(10.517)	(30.386)	(4.017)	(3.289)		2.729	(240.107)
Valor residual – 31 de dezembro de 2011	19.830	45.514	29.409	22.957	33.320	21.940	10.206	40.362	6.872	9.002	21.660	2.729	263.801
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	11,11%	8,33%	25,00%	8,33%	6,67%	5,00%	8,33%	16,67%			

Notas Explicativas

Conforme mencionado na Nota 10, determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia não concedeu outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36), “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Notas Explicativas

10. Intangível

	Controladora			Consolidado									
	Direito de uso de software	Fundo de Comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Fundo de Comércio	Marcas e Patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	6		6	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348			2.412	136.685
Adições		818	818	61.895	19.041			17.118		1000		5.995	105.049
Baixas				(1.604)									(1.604)
Transferências Variação Cambial				(9.395)	139					9395		(139)	
Amortização					(5.250)	(2.205)	(388)	(3.685)	(470)			(275)	(12.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395		7.993	227.857
Decorrente de combinação de negócio											(2)		(2)
Adições				60.373	13.272	85		8.921		1.143		7.756	91.550
Baixas				(175)									(175)
Amortização	(1)	(232)	(233)		(7.151)	(2.138)	(291)	(921)	(352)	(3.554)	(2)	(251)	(14.660)
Saldos em 30 de Setembro de 2012	5	586	591	201.788	33.088	5.934	634	38.121	1.526	7.984		15.498	304.573
	Controladora			Consolidado									
	Direito de uso de software	Fundo de Comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e Integração	CSC	Central de Ensino	Central de Relacionamento	Fundo de Comércio	Marcas e Patentes	Outros	Total
Saldos em 30 de Setembro de 2012													
Decorrente de combinação de negócio											(2)		(2)
Custo total	7	818	825	208.712	71.042	14.339	1.940	44.161	2.348	11.538		16.017	370.096
Amortização acumulada	(2)	(232)	(234)	(6.924)	(37.953)	(8.405)	(1.306)	(6.040)	(822)	(3.554)	(2)	(519)	(65.525)
Valor residual	5	586	591	201.788	33.089	5.934	634	38.121	1.526	7.984		15.498	304.573
Saldos em 31 de dezembro de 2011													
Custo total	7	818	825	148.514	57.768	14.255	1.940	35.240	2.348	10.395		8.258	278.718
Amortização acumulada	(1)		(1)	(6.924)	(30.801)	(6.267)	(1.015)	(5.119)	(470)			(265)	(50.861)
Valor residual	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395		7.993	227.857
Taxas anuais de amortização %	20% aa	20% aa		Indefinida	20% aa	20% aa	20% aa	25% aa	20% aa			20% aa	

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o ágio apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Ágio em aquisições de investimentos		
IREP	89.090	89.090
ATUAL	15.503	15.503
SEAMA	18.868	
IDEZ	2.647	
UNIUOL	1.205	
FARGS	8.612	
SÃO LUIS	28.785	
FAL	8.076	8.076
FATERN	14.979	15.154
NOVA ACADEMIA	14.018	13.762
ESTACIO EDITORA	5	5
	<u>201.788</u>	<u>141.590</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2011, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 5 anos, utilizando taxa nominal de 4,5% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 13,9% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

Receitas - As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de alunos das unidades gerados de caixa.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a aquisição de novas unidades e melhorias.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

11. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Em moeda nacional					
Capital de giro	1,70% ao mês e/ou CDI + 0,25% ao mês			228	252
Contratos de arrendamento mercantil	IGPM + 12,3% a.a			4	39
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a.			6.550	2.471
Contratos de arrendamento mercantil Assist				1.492	1.842
Contratos de arrendamento mercantil CIT				73	
Aymoré Financiamentos	1,78% ao mês			8	
Contrato FINAME	80% do contrato 4,5% a.a.				
	20% do contrato 7% a.a.				
Empréstimo IFC	CDI +1,53%	68.069	46.728	68.069	46.728
Debêntures	CDI +1,60%	205.218	201.472	205.219	201.472
Opção de Recompra de Ações Banco Itaú	Taxa DI + 1,5% a.a.	6.042	1.591	6.042	1.592
Empréstimo - Banco do Brasil				10	
Empréstimo - Itaú				7	
Empréstimo - Caixa Econômica Federal				6	
		279.329	249.791	287.708	254.396
Passivo circulante		13.908	4.901	17.826	6.549
Passivo não circulante		265.421	244.890	269.882	247.847
		279.329	249.791	287.708	254.396

Os custos de captação, somam R\$ 3.976 em 30 de setembro de 2012, sendo R\$ 2.647 dos empréstimos com o IFC (R\$ 656 do 1º empréstimo e R\$ 1.991 do 2º empréstimo) e R\$ 1.329 das debêntures.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
2013	2.726	1.468	4.216	2.947
2014	27.314	26.006	28.800	27.484
2015	48.668	46.006	50.153	46.006
2016	68.667	66.006	68.667	66.006
2017	88.669	86.006	88.669	86.006
2018	8.882	6.466	8.882	6.466
2019	8.883	6.466	8.883	6.466
2020	8.882	6.466	8.882	6.466
2021	2.730		2.730	
Passivo não circulante	<u>265.421</u>	<u>244.890</u>	<u>269.882</u>	<u>247.847</u>

Notas Explicativas

Em garantia dos arrendamentos mercantis foram oferecidas notas promissórias avaliadas pelos sócios e os próprios bens arrendados.

Em garantia dos empréstimos captados junto ao IFC foram oferecidos recebíveis das unidades da IREP e UNESA em contas vinculadas, não havendo penhora de bens, fianças ou aplicações financeiras caucionadas, ficando estabelecido um fluxo mensal mínimo nestas contas de R\$ 33.000.

As debêntures bem como os contratos mantidos com o IFC contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2012, a controladora e suas controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

As debêntures foram emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados. São da espécie quirografia, simples, não conversíveis em ações. Os títulos farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,60% ao ano.

A data de emissão foi em 25 de novembro de 2011 e o seu vencimento (principal) ocorrerá em 25 de novembro de 2017, ressalvadas a oferta de resgate antecipado e hipóteses de vencimento antecipado, previstos na escritura. Os juros são pagos semestralmente (maio e novembro).

Os recursos captados serão destinados para reforço de caixa para fazer frente à política de expansão que inclui, mas não se limita a aquisições de empresas do setor e/ou criação de novos campi.

As condições de recompra de ações estão detalhadas na Nota 18.

12. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Salários e encargos sociais a pagar	132	181	53.001	47.082
Provisão de férias			22.687	10.408
Provisão de 13º salário			15.518	
	132	181	91.206	57.490

Notas Explicativas**13. Obrigações tributárias**

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ISS a recolher		16	7.800	4.724
IRRF a recolher	10	60	5.733	5.344
IRPJ a recolher			180	3.215
CSLL a recolher	1	7	118	1.220
PIS e COFINS a recolher	28	179	1.116	1.060
IOF			192	64
	<u>39</u>	<u>262</u>	<u>15.139</u>	<u>15.627</u>

14. Parcelamentos de tributos

Parcelamentos	Consolidado	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
IRPJ	79	70
CSLL	126	125
FGTS	12	13
ISS	242	
PIS	93	80
COFINS	372	270
INSS	8.742	4.038
IPTU	5	54
	<u>9.671</u>	<u>4.650</u>
Passivo circulante	963	219
Passivo não circulante	8.708	4.431
	<u>9.671</u>	<u>4.650</u>

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social.

	Consolidado	
	<u>30/9/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	1.109	361
2014	1.109	361
2015	1.109	361
2016	1.100	361
2017	1.078	361
2018 a 2027	3.203	2.626
	<u>8.708</u>	<u>4.431</u>

Notas Explicativas

15. Compromissos a pagar

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Atual	1.275	1.275
Fal	87	1.332
Fatern	893	1.267
Seama	4.960	
Idez	696	
Montessori	1.500	1.500
Fargs	2200	
Uniuol	566	
São Luis	12.162	
	24.339	5.374
Passivo circulante	11.962	5.374
Passivo não circulante	12.377	
	24.339	5.374

Refere-se basicamente ao valor a pagar referente a aquisição das empresas relacionadas.

16. Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 30 de setembro de 2012		
Cíveis	4.709	12.332
Trabalhistas	18.752	60.319
Tributárias	9	7.751
Saldo total	<u>23.470</u>	<u>80.402</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Cíveis	4.182	11.929
Trabalhistas	27.894	45.273
Tributárias	343	6.362
Saldo total	<u>32.419</u>	<u>63.564</u>

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2011	343	27.894	4.182
Pro- forma		399	56
Adições		2.509	828
Reversões	(334)	(5.087)	843
Baixas		(6.963)	(1.200)
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>9</u>	<u>18.752</u>	<u>4.709</u>

No período findo em 30 de setembro de 2012 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO RESULTADO

Adições	3.337
Reversões	(4.578)
Reversão Responsabilidade Antigos Cotistas	(821)
Total	(2.062)

Notas Explicativas

Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 4.709 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 4.182 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória distribuída em face da SESES, decorrente de acidente com “bala perdida” sofrida por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada, e, aos irmãos, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada, também sob esse título. As partes interpuseram recurso de apelação contra a referida sentença. O recurso da Companhia foi parcialmente provido para reduzir a indenização por danos morais e estéticos devidos à aluna para R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Quanto ao recurso da aluna, ele também foi parcialmente provido para transformar a pensão concedida à aluna em vitalícia e para determinar a constituição de capital garantidor da referida pensão. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. Os autores, não satisfeitos com o julgamento do recurso, interpuseram embargos infringentes. Tais embargos foram providos para se elevarem os valores de indenização, devidos à vítima, por danos morais e estéticos para R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), restabelecendo-se a sentença de primeira instância nesse aspecto especificamente. As partes interpuseram Recursos Especiais contra os acórdãos supramencionados, os quais não modificaram o julgado. Adicionalmente, a SESES interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra pendente de julgamento. O saldo em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 1.242 (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2011).

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 46.406 (R\$ 43.185 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Ação de Cobrança de Aluguel e Outras Obrigações em face da IREP e de

Notas Explicativas

seu respectivo fiador, decorrente de Contrato de Sublocação do Imóvel da Rua Coronel Luiz Barroso, nº 566, atual Rua Dr. Antônio Bento, nº 509, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, quando da entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação dos Réus no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$ 1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. No dia 3 de fevereiro de 2009, foi realizada audiência no Setor de Conciliação do Fórum Central, conciliação essa que restou infrutífera. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela SESES. Embargos improvidos. Apelação cível interposta por ambas as partes. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500;

- (ii) Ação de indenização promovida por Hudson José Roque Lima e outros contra a STB, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente, que será analisado pelo Juiz. Audiência de instrução marcada para 8 de novembro de 2011. Em 10 de abril de 2012, foi prolatada sentença julgando procedente em parte o pedido autoral para condenar a Ré ao pagamento de R\$ 10 a cada um dos 19 autores à título de dano moral, afastando assim a indenização por dano material e lucro cessante. Dessa forma, interposto recurso de Apelação por ambas as partes, pendente de julgamento, haja vista que a distribuição os mesmos foi efetivada em 15 de outubro de 2012. O valor estimado para esse processo é de R\$ 190.
- (iii) Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, dentre elas a SESES, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Tutela deferida para suspender a cobrança da 1ª via de diploma. A SESES deixou de cobrar a referida taxa antes do deferimento desta tutela, após, foi publicado despacho na imprensa oficial, no dia 16 de abril de 2010 determinando que os Réus se manifestassem em provas. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a SESES a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. A SESES já atende o comando judicial na

Notas Explicativas

medida em que não cobra valores para expedição do diploma. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 18.752 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 27.894 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações trabalhistas, destacam-se:

- (i) Ação trabalhista movida por um Sindicato regional em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento, em favor do corpo administrativo da Instituição, dos valores devidos a título de previdência privada, conforme Cláusula 10ª da Convenção Coletiva do Trabalho, a qual estabelece o recolhimento em favor de entidade de previdência privada de 6% sobre o total da folha salarial dos auxiliares, a ser rateado em partes iguais entre o total de colaboradores. A execução foi encerrada. Aguardando o arquivamento do processo.
- (ii) Ação trabalhista movida por ex-funcionário em face da SESES, com pedido de reintegração ao cargo de docente, bem como a condenação da Companhia ao pagamento do valor corresponde às férias em dobro, acrescidas de abono equivalente a 1/3 das férias, dentre outros pedidos de menor relevância. O processo encontra-se em fase de execução e foram apresentados, pela Companhia, embargos à execução. Atualmente encontra-se suspenso em função do falecimento do autor da ação. O valor estimado da causa é R\$ 1.560.

Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor total de pedidos em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 97.416 (R\$ 77.311 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações trabalhistas não provisionadas destacam-se:

- (i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em

Notas Explicativas

outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela SESES. O valor estimado é de R\$ 1.500;

- (ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho em face da SESES, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a consequente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor estimado da causa é de R\$ 500;
- (iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de conhecimento. Foi determinado pelo magistrado a conversão do julgamento em diligência. O valor atribuído à causa pela parte autora é de R\$ 50.

c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 9 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2011).

Da mesma forma, os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 289.220 (R\$ 206.934 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis intermediárias, podemos destacar:

- (i) Foram lavrados 27 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2003, 2004 e 2005 e

Notas Explicativas

descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis da SESES, no valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de janeiro de 2009, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Até 30 de setembro de 2011 a SESES e a Estácio Participações foram intimadas para ciência de decisões de 1ª instância administrativa em parte desses autos de infração, dentre os quais alguns deram provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a novembro de 2003, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Em face de tais decisões, foram interpostos recursos voluntários, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Em virtude dos efeitos da decadência do direito de cobrar os alegados débitos do período de janeiro a novembro de 2003, o valor total envolvido dessas autuações reduziu de R\$ 548.456 para R\$ 409.424. O valor total envolvido, sem considerar a redução decorrente do reconhecimento da referida decadência, é de R\$ 548.456. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.

(ii) Foram lavrados 04 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 190.536. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.

Notas Explicativas

(iii) Ação Popular, movida por Luiz Claudio de Lemos Tavares, em face da SESES e da Companhia, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compelir a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26 de novembro de 2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11 de fevereiro de 2011. Em 1 de março de 2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. Em 14 de junho de 2011, a SESES apresentou suas contra-razões à apelação. No momento, aguarda-se o julgamento da apelação. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 212.023;

(iv) Foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro em face da SESES, o qual aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma *“nova sociedade por quotas limitadas”*; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a SESES apresentou impugnação ao referido auto de infração. Em 10 de setembro de 2010, os autos foram remetidos para a Subgerência de Apoio Técnico. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 160.739. A classificação de risco de perda atribuída pelos os assessores jurídicos externos é remota;

(v) Ação Ordinária distribuída pela SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 (*“Lei do PROUNI”*), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembléia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. A SESES requer, ainda, a antecipação dos efeitos da tutela para que a Fazenda Nacional se abstenha de recusar a expedição de Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), assim como de praticar quaisquer outros atos tendentes a exigir

Notas Explicativas

da SESES supostos débitos objeto da “Consulta Regularidades junto ao Fisco Previdenciário”, sendo a exigibilidade dos mesmos suspensa ou ainda daqueles resultantes da interpretação dada pela SESES ao artigo 13 da Lei No. 11/096/05. Em 16 de agosto de 2010 foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado pela SESES, contra a qual foi interposto recurso de apelação. Em 4 de novembro de 2010, os autos foram remetidos ao Ministério Público Federal, tendo retornado ao TRF, em 11 de novembro de 2010 com parecer favorável à tese defendida pela SESES. Em 30 de setembro de 2011, foi protocolado pedido de reconsideração da decisão que denegou o pedido de oferecimento de Carta de Fiança Bancária da SESES, afim de obter certidão positiva com efeito de negativa. Em 7 de fevereiro de 2012, o pedido de reconsideração foi considerado como agravo interno pelo relator, e foi julgado improcedente. Em 23 de fevereiro de 2012, foi oposto embargos de declaração para modificar a decisão. Em 29 de fevereiro de 2012 houve desistência dos embargos em função do ajuizamento de ação cautelar com apresentação de seguro fiança a fim de suspender a exigibilidade do crédito e obter a CND. Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a apelação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembléia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 12.205.

(vi) Foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram improcedentes as impugnações apresentadas pela SESES. A Companhia aguarda as decisões de 2ª instância administrativa. O valor total da autuação é de R\$ 11.882. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível.

(vii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade e crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário,

Notas Explicativas

interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficente de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 9.088;

(viii) Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preenchia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490;

(ix) Ação Anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando desconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.811;

(x) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. A Companhia apresentou impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.890;

(xi) Ação anulatória de débito com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007, em antecipação aos atos da Fazenda Pública Municipal de Aracaju, que em razão da desistência do processo nº 201112200298, e saneamento do vício formal proveniente do Auto de Infração nº 132460. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 3.250; e

(xii) Foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de fevereiro a dezembro de 2007, tendo por

Notas Explicativas

objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambientais do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração em GFIP de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJO. O valor total envolvido é de R\$ 22.131. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17. Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre a SESES e afiliadas (incluindo as Mantenedoras) e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/ preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou a SESES e as Mantenedoras uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 30 de setembro de 2012, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 15.636 (R\$ 17.800 em 31 de dezembro de 2011) classificado no passivo, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

Notas Explicativas

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) ações. Em 30 de setembro de 2012 o capital social é representado por 82.505.351 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia de 30 de setembro de 2012 e de 2011, é como segue:

Acionistas	30/09/2012	%	30/09/2011	%
Private Equity C, LLC	15.290.209	18,5%	15.290.209	18,6%
GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5%	426.804	0,5%
Administradores e Conselheiros	534.809	0,6%	3.445.506	4,2%
Tesouraria	290.000	0,4%	232.900	0,3%
Outros	65.963.529	80,0%	62.856.518	76,4%
	<u>82.505.351</u>	<u>100,0%</u>	<u>82.251.937</u>	<u>100,0%</u>

b) Movimentação das ações do capital

Em 30 de setembro de 2011	<u>82.251.937</u>
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20.04.2012	182.622
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 12.09.2012	<u>70.792</u>
Em 30 de setembro de 2012	<u>82.505.351</u>

c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010, aprovou o plano de recompra de ações da Companhia, encerrado em 11 de maio de 2011. Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, com encerramento previsto para 13 de julho de 2012.

Em complemento ao 2º Programa de Recompra, o Conselho de Administração aprovou em reunião realizada em 27 de setembro de 2011, a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, mediante a compra de opções de compra ("calls") e o lançamento de opções de venda ("puts") referenciadas em ações.

Notas Explicativas

As ações adquiridas poderão ser utilizadas para manutenção em tesouraria, cancelamento e/ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de compra de ações da Companhia. O programa previu a recompra de até 1.527.788 ações.

Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra, sendo a primeira *call* exercida em 17 de setembro de 2012.

Até 30 de setembro de 2012, a Companhia havia recomprado 290.000 ações, com um custo médio de R\$ 18,58 por ação, e preço a mercado de R\$ 34,00 por ação na mesma data.

:

d) Reservas de capital

d.1) Ágio na subscrição de ações

À época de sua constituição, a SESES foi reconhecida como entidade sem fins lucrativos, e em razão disso gozava de imunidade e isenção tributária, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Com a transformação da SESES em sociedade com fins lucrativos, em 9 de fevereiro de 2007, a Entidade passou a se sujeitar à carga tributária devida por uma sociedade comercial, ressalvadas as isenções decorrentes à adesão ao PROUNI. A exemplo da SESES, as mantenedoras, embora não tivessem caráter filantrópico, quando de sua constituição também foram reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, fazendo jus a determinadas isenções fiscais até 30 de setembro de 2005 quando foram transformadas em sociedades empresariais com fins lucrativos.

Quando do referido aumento do capital social, os acionistas da Companhia atribuíram ao preço de emissão das ações o valor de R\$ 27.072, ao passo que o valor dos ativos utilizados na integralização do capital indicava que as quotas da SESES e das mantenedoras possuíam um valor patrimonial de R\$ 123.554.

O valor deste aumento de capital (R\$ 27.072) equivale aos recursos efetivamente de entidades sem fins lucrativos para sociedades empresárias.

d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a Reserva de Capital para Opções de Ações outorgadas no montante de R\$ 1.069 durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 3.385 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011), conforme mencionado na Nota 21 (b). Como o pronunciamento

Notas Explicativas

técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*), até a data dessas informações trimestrais individuais e consolidadas

e) Reservas de lucros

e1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatório. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

e.2) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária, ressalvado os casos em que o Acordo de Acionistas estabeleça diferente, quando aplicável. Desde a oferta pública secundária realizada em 2010, não há acordos de acionistas da Companhia

19. Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2012 e 2011 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado. Os principais estão descritos a seguir, bem como os critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

Notas Explicativas

a) Disponibilidades e valores equivalentes

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

b) Partes relacionadas

Apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.

c) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

d) Contas a receber

São classificados como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.

e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Fatores de riscos

Todas as operações da Companhia e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos e gerenciamento ativo da inadimplência

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento e

Notas Explicativas

Derivativos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

c) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos da Companhia em 30 de setembro de 2012 em relação a 31 de dezembro de 2011.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota

Notas Explicativas

explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base na última taxa básica de juros determinada pelo BACEN na reunião do Comitê de Política Monetária em 29 de agosto de 2012 (7,50% a.a), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação da SELIC				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	7,50%	9,38%	11,25%
R\$ 177.723(*)		13.329	16.670	19.993
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures	CDI+1,60	7,50%	9,38%	11,25%
R\$ 205.219		(18.921)	(22.831)	(26.740)
IFC I	CDI+1,53	7,50%	9,38%	11,25%
R\$ 49.632		(4.539)	(5.484)	(6.428)
IFC II	CDI+1,69	7,50%	9,38%	11,25%
R\$ 18.437		(1.718)	R\$ (2.069)	(2.421)
Posição Líquida		(11.849)	(13.714)	(15.596)

Notas Explicativas

Operações	Risco	Cenário queda da SELIC		
		Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 177.723(*)	CDI	7,50% 13.329	5,63% 10.005	3,75% 6.664
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debêntures R\$ 205.219	CDI+1,60	7,50% (18.921)	5,63% (15.012)	3,75% (11.102)
IFC I R\$ 49.632	CDI+1,53	7,50% (4.539)	5,63% (3.594)	3,75% (2.649)
IFC II R\$ 18.437	CDI+1,69	7,50% 1.718	5,63% 1.366	3,75% 1.015
Posição Líquida		(8.413)	(7.235)	(6.072)

(*) Composto por aplicação financeira e títulos e valores mobiliários

f) Operação de recompra de ações

Em 27 de setembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e / ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI, mais spread de 1,5%.

A quantidade de opções de compra ou de venda a serem lançadas ou adquiridas são os mesmos constantes das informações divulgadas no Fato Relevante publicado em 15 de julho de 2011.

As opções serão liquidadas por meio da entrega física das ações mediante o pagamento do preço de exercício, o qual será determinado com base no preço das opções acrescido dos devidos encargos financeiros.

Até 30 de setembro de 2012, a Companhia realizou operações de opções com vencimento até 15 de abril de 2013 com preço de exercício médio de R\$21,27 por ação.

O prazo máximo para realização das operações em referência é de 180 (cento e

Notas Explicativas

oitenta) dias a contar de 3 de outubro de 2011 e o prazo de vencimento das opções não será superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de cada operação.

Até o dia 30 de setembro de 2012 a Companhia exerceu a opção de compra de 548.100 (quinhentos e quarenta e oito mil e cem ações) ações a um preço médio de R\$ 20,30.

20. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	30/09/2012	31/12/2011
Responsabilidade Civil dos Diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	81.830	66.792
Responsabilidade Civil	10.000	10.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Vida em Grupo	333.870	27.719
Demais Ramos	2.660	2.360

21. Remuneração dos administradores

a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, a

Notas Explicativas

remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 10.819 e R\$ 9.777, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembléias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21 (b).

b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 13 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas as regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

A opção de aquisição de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGPM desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGPM desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 30 de setembro de 2012 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 616.552 ações. O saldo de ações que compõem essas opções é 2.982.308 ações.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da Outorga	Preço spot*	Volatilidade Anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield
11/07/2008	23,50	57,49%	6,85%	16,5	4,68	0,97%
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,5	4,68	1,62%
02/10/2008	14,60	55,87%	7,66%	16,5	4,68	1,56%
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,5	4,68	1,55%
13/01/2009	13,20	63,99%	6,83%	16,5	4,68	1,72%
10/08/2009	24,05	58,14%	5,77%	16,5	4,68	0,95%
29/09/2009	20,10	56,75%	5,64%	16,5	4,68	1,13%
11/01/2010	24,50	63,15%	6,23%	16,5	4,68	0,93%
01/03/2010	22,50	62,20%	6,21%	16,5	4,68	1,01%
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,2	4,68	1,62%
28/07/2010	20,20	58,84%	6,25%	19,2	4,68	1,52%
03/11/2010	25,20	57,60%	5,88%	19,2	4,68	1,52%
03/01/2011	27,00	56,55%	5,79%	23,6	4,68	1,14%
20/04/2011	23,40	54,94%	6,20%	23,6	4,68	1,32%
02/04/2012	19,51	51,66%	4,29%	19	4,68	1,65%

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 30 de setembro de 2012 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, registrando-se o montante de R\$ 1.069 no trimestre findo em 30 de setembro de 2012 (com um acumulado no ano de R\$ 3.074 até 30 de setembro de 2012) (R\$ 3.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu

Notas Explicativas

quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 30 de setembro de 2012.

22. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 30 de setembro de 2012.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

a) Lucro por ação básico

	30/09/2012	30/09/2011
Numerador		
Lucro líquido do período	94.788	67.765
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.397.282	82.180.638
Lucro líquido por ação básico	<u>0,001150378</u>	<u>0,000824587</u>

b) Lucro por ação diluído

	30/09/2012	30/09/2011
Numerador		
Lucro líquido do período	94.788	67.765
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.397.282	82.180.638
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>1.012.234</u>	<u>3.946.019</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>83.409.516</u>	<u>86.126.657</u>

Notas Explicativas

Lucro líquido por ação diluído

0,001136417

0,000786806

23. Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Receita bruta das atividades	1.468.233	1.221.092
Deduções da receita bruta	(446.614)	(367.087)
Gratuidades - bolsas de estudo	(389.462)	(314.241)
Devolução de mensalidades e taxas	(6.850)	(7.182)
Descontos concedidos	(5.020)	(8.826)
Impostos	(45.282)	(36.838)
Receita líquida das atividades	1.021.619	854.005

24. Custos diretos dos serviços prestados

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal e encargos sociais	(456.813)	(419.777)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(20.327)	(19.095)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(87.335)	(77.704)
Correios e Malotes	(4.918)	(1.690)
Depreciação e amortização	(28.819)	(18.837)
Material didático	(19.336)	(16.051)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(20.196)	(18.110)
Custos diretos dos serviços prestados	(637.744)	(571.264)

25. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Outras Receitas Operacionais	446	714	858	880
Receitas com Convênios	1.350	1.350	2.283	2.316
Receitas de Aluguéis			6.304	3.869
Reversões de provisões administrativas			201	338
	1.796	2.064	9.646	7.403

Notas Explicativas**26. Despesas por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(60.154)	(30.926)
Publicidade			(44.378)	(35.589)
Vendas e marketing			(15.187)	(16.238)
Despesas comerciais			(119.719)	(82.753)
Pessoal e encargos sociais	(1.431)	(2.842)	(67.540)	(50.567)
Serviços de terceiros	(2.951)	(3.849)	(33.218)	(32.047)
Aluguéis de máquinas e arrendamento mercantil			(935)	(2.028)
Material de consumo			(1.162)	(1.155)
Manutenção e reparos	(15)	(11)	(11.937)	(8.646)
Depreciação e amortização	(2.553)	(1.747)	(13.152)	(10.816)
Convênios educacionais	(446)	(498)	(5.616)	(4.192)
Outras	(1.184)	(2.040)	(22.559)	(23.674)
Provisão para contingências		2.909	2.062	(1.165)
Despesas gerais e administrativas	(8.580)	(8.078)	(154.057)	(134.290)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receitas financeiras				
Multa e juros recebidos por atraso			6.543	10.989
Rendimentos de aplicações financeiras	8.501	1.047	10.512	6.128
Outras	1.501	507	1.731	1.105
	10.002	1.554	18.786	18.222
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	486	27	5.028	4.357
Juros e encargos financeiros	19.974	3.426	22.500	4.869
Perdão de dívida		3.298		3.298
Descontos financeiros			9.928	5.783
Outras	452	61	3.071	2.668
	20.912	6.812	40.527	20.975

Notas Explicativas

A rubrica de descontos financeiros corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

28. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI ficam isentas, no período de vigência do termo de adesão, dentre outros, do IRPJ e da CSLL, devendo a apuração ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.788	67.765	97.888	68.107
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(32.228)	(23.040)	(33.281)	(23.156)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Ajustes da Lei 11.638/2007			250	(844)
Equivalência patrimonial	38.244	27.614		
Amortização de Ágio				
Despesas não dedutíveis (a)	(603)	(1.716)	(1.180)	(2.667)
Provisão de Bônus (a)				2.720
Lucros auferidos no exterior				37
Compensação de prejuízo fiscal	(5.413)	(2.858)	(7.805)	(3.411)
Ajustes iniciais para adoção de novas práticas			(226)	
Provisão para contingências			701	(96)
Reversão de PDD não dedutível e mensalidades a cancelar (b)			(730)	1.363
Reversões de provisões administrativas			68	115
Outras			109	1.087
			(42.094)	(24.852)
Benefício fiscal lucro da exploração - PROUNI			40.229	25.968
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período			(1.865)	1.116
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	-1,90%	1,64%

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(b) Valor de PDD não dedutível se refere aos alunos com carnês em abertos vencidos a menos de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades..

Notas Explicativas

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações consolidadas do resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2012 e de 2011 encontra-se resumida a seguir:

	Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011
Imposto de renda e Contribuição Social do período corrente	1.865	1.116
Imposto de renda e Contribuição Social de períodos anteriores	(15)	(2.232)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido no período corrente	1.250	1.458
	<u>3.100</u>	<u>342</u>

Em 30 de setembro de 2012 as controladas SESES e IREP possuem crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 10.303. A composição de efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Provisão para contingências	10.007	10.581
Mensalidades a cancelar	728	44
Provisão para desmobilização	2.739	2.740
Amortização ágio	(3.171)	(1.812)
	<u>10.303</u>	<u>11.553</u>
Ativo	13.474	13.365
Passivo	(3.171)	(1.812)
	<u>10.303</u>	<u>11.553</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizada em 30 de setembro de 2012 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não apresentamos a expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012 a controlada IREP contabilizou Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo no montante de R\$ 3.171 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 19.027. (R\$ 8.023 em 31 de dezembro de 2011) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

29. Eventos subsequentes

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolizou, na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), pedido de análise prévia para registro de oferta distribuição pública primária de novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta Primária" e "Ações") e a distribuição secundária de Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Private Equity Partners C, LLC e do GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações (em conjunto, os "Acionistas Vendedores") ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta"), que será submetido ao procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM 471 e pelo convênio celebrado entre a CVM e a ANBIMA e cujos termos e condições foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 30 de novembro de 2012.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre a revisão limitada

Aos Administradores e Acionistas
Estácio Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 R1 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 R1 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 R1 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 R1 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo de ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às Informações Trimestrais, que descreve a atualização e reemissão das Informações Trimestrais da Companhia, em virtude de ajustes de apresentação e divulgação. Este relatório substitui o originalmente emitido em 8 de novembro de 2012.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações

intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes aos resultados e resultados abrangentes de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado de nove meses findos em 30 de setembro de 2011, ambas obtidas das informações trimestrais – ITR (reapresentadas), daquele trimestre e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 (reapresentadas), apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR (reapresentadas) do trimestre e dos nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e o exame das demonstrações financeiras (reapresentadas) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que reemitiram relatórios de revisão e de auditoria com data de 11 de janeiro de 2013, sem ressalvas.

.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações

Declaração

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de diretores estatutários da Estácio Participações S.A., que revimos, discutimos e concordamos com as retificações realizadas nos ITRs de 30.09.11 e 30.09.12, bem como nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.11, acompanhadas do Parecer dos Auditores.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2.013

Rogério Frota Melzi
Diretor Presidente

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon
Diretor Financeiro

João Luis Tenreiro Barroso
Diretor de Relações Institucionais

Miguel P. de Paula
Diretor de Gente e Gestão

Paula Caleffi
Diretora de Ensino

Pedro Jorge Guterres Graça
Diretor de Mercado

Gilberto Castro
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Estácio Participações

Declaração

Declaramos para os devidos fins, na qualidade de diretores estatutários da Estácio Participações S.A., que revimos, discutimos e concordamos com as retificações realizadas nos ITRs de 30.09.11 e 30.09.12, bem como nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.11, acompanhadas do Parecer dos Auditores.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2.013

Rogério Frota Melzi
Diretor Presidente

Virgílio Deloy Capobianco Gibbon
Diretor Financeiro

João Luis Tenreiro Barroso
Diretor de Relações Institucionais

Miguel P. de Paula
Diretor de Gente e Gestão

Paula Caleffi
Diretora de Ensino

Pedro Jorge Guterres Graça
Diretor de Mercado

Gilberto Castro
Diretor de Operações

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração no fluxo de caixa, balanço patrimonial, e nas notas explicativas 18 e 21